



Pacote:

**CRÉDITO
MAIS CARO**

— Página 3 —

Terra:

**A DECISÃO
VEM DE FORA**

— Página 12 —

Lã:

**O CLIMA
AJUDOU**

— Página 19 —

O AGRICULTOR VAI ÀS RUAS

*A mobilização do homem rural
na luta por seus direitos na área da previdência*

— Página 4 —



COOPERATIVA REGIONAL
TRITÍCOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, esquina
Porto Alegre — Caixa Postal 111
IJUI — RS
GERAL - PABX 332-1549

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N° 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Presidente:

Ruben Ilgenfritz da Silva

Vice-Presidente:

Arnaldo Oscar Drews

Superintendente:

Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues
Borges, Nelcy Rospide Nunes, Oswal-
do Olmiro Meotti, Werner Ervin Wag-
ner, Eduardo Augusto de Menezes,
Valdir Zardin, Rui Polidoro Pinto,
Luis Régis do Amaral, Bruno Eisele e
Walter Suliman Duarte.

Conselheiros (Efetivos):

Bruno Eisele, Alberto Sabo, Erni
Schünemann, Egon Eickhoff, Telmo
Rovero Roos, Joaquim Stefanello.

Conselheiros (Suplentes):

Alfredo Driemeyer, Reinhold Luiz
Kommers, Ido Marx Weiller, João
Telló, Arnaldo Hermann, José Carlos
Vione.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Dari Bandeira, Antoninho Boiarski
Lopes, Alevino Righi.

Conselho Fiscal (Suplentes):

Leonides Dallabrida, Alvaro Darci
Bernardi Contri, Eloy Milton Frantz.

Capacidade em Armazenagem:

IJUI (Sede)	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto	77.000 t
Tenente Portela	60.800 t
Vila Jóia	67.000 t
Esq. Umbú (Sto. Aug.)	50.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	48.000 t
Maracajú	84.000 t
Sidrolândia	12.000 t
Rio Brilhante	12.000 t
Dourados	60.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao qua-
dro social, autoridades, universidades
e técnicos do setor, no país e exterior.
Nossa tiragem, 17.500 exemplares.

Associado
da ABERJE



Associado da

AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Registrado no Cartório de Títulos e
Documentos do município de Ijuí,
sob n. 9. Certificado de marca de
propriedade industrial M/C11 n.
022.775 de 13.11.1973 e figurativa
M/C11 n. 022.776, de 13.11.1973.

REDAÇÃO

Christina Brentano de Moraes
Marlene François Motta

Composto no Jornal da Manhã, Ijuí, e
impresso no Jornal do Comércio,
Porto Alegre.

Os agricultores provam que ainda são capazes de se mobilizar. Os fatos ocorridos nos últimos seis meses em Miraguaí — e também em Frederico Westphalen — mostram que a consciência do agricultor não está assim tão adormecida como muita gente pensa. Hoje eles estão lutando por um dos mais elementares direitos de todo trabalhador que paga religiosamente sua contribuição à previdência social: uma assistência médico-hospitalar digna de pessoas humanas.

As distorções do sistema previdenciário têm ocupado páginas e páginas deste jornal desde o início do ano. É que em todo Estado, e não só na área de atuação da Cooperativa, o problema saúde foi assumindo proporções espantosas, originando uma mobilização de trabalhadores rurais como há muito não era visto. Quando o grupo — e não mais um agricultor isoladamente — começa a se sentir escravizado, a pressão da panela começa a escapar pela válvula. É esta a situação de hoje, como pode ser visto a partir da página 4, onde se conta a luta dos agricultores.

§ § § § § § § §

O ano acaba confuso para a economia brasileira. Ninguém está conseguindo entender claramente quais as conseqüências de mais um pacote fabricado pelo governo para frear o ritmo da inflação no País. Depois de um aumento de 58 por cento para os derivados do petróleo, são anunciadas uma série de medidas econômicas que devem provocar a maior mudança do sistema brasileiro desde o ano de 1964. Tudo começa com uma maxidesvalorização do cruzeiro em 30 por cento, ousadia até hoje ainda não tomada. Na área da agricultura as coisas são encaradas ainda com muita reserva. O clima é de muita incerteza e instabilidade. Não é exagero nenhum afirmar que as autoridades agindo como estão, só conseguirão acabar com o entusiasmo que tinham

Do leitor

IMPORTÂNCIA DOS ASSUNTOS

Acusamos prazerosamente o recebimento de vosso Jornal o "Cotrijornal", n° 68 de novembro do corrente ano de 1979. Pelo seu conteúdo e pelos assuntos nele abordados, vimos parabenizá-los pela relevante importância dos mesmos a todos nós que atuamos na área rural.

Pelos fundamentos acima alinhados, gostaríamos de expressar nosso desejo de continuar recebendo o referido jornal.

Geraldo Pegoraro

Presidente do STR de Canguçu — RS

O PRODUTOR PARTICIPA

Tenho recebido todos os números do Cotrijornal, através dos quais tenho acompanhado os principais temas relativos ao cooperativismo e à política do Estado e do País. Sem dúvidas, a qualidade do Cotrijornal tem sido de excelente nível. Tenho observado que os produtores vêm sendo convidados a participar em debates que vêm sendo muito bem orientados pela equipe editora. Isto me alegra pois penso que as idéias dos agricultores devem ser valorizadas e bem entendidas. Também merecem destaque os editoriais que, ao meu ver, estão sempre atualizados e focalizando temas da maior importância. Os técnicos também, por sua vez, têm participado de debates que têm sido muito bem conduzidos e transmitidos através do Cotrijornal.

Assim, ao encerramento de mais um ano, venho me parabenizar com a equipe que dirigiu o Cotrijornal em 1979 e, ao

transferido para os produtores depois de uma série de frustrações. O pacote, também chamado de fardo (assim como o outro pacote deste ano, o agrícola, recebeu o nome de saco), está na página 3.

§ § § § § § § §

Agricultores de tudo quanto é canto do Rio Grande, principalmente os líderes sindicais, ficaram dois dias em Porto Alegre, no final de novembro, para participar de um Simpósio sobre Estrutura Fundiária. O problema terra, como pode se ver a partir da página 12, era uma constante na exposição dos produtores. Só que as autoridades presentes não estavam bem interessadas em discutir o assunto. Neste Simpósio também se falou de crédito, previdência, cooperativismo e sindicalismo.

§ § § § § § § §

Um novo Imposto Territorial Rural foi aprovado pelo Congresso bem no mês em que o Estatuto da Terra completava 15 anos. Durante estes 15 anos os produtores de todo Brasil esperaram que ele fosse efetivamente cumprido. Não foi, é claro. Como também parece bem claro que este novo ITR não vai resolver em nada o problema de concentração da terra. Veja na última página.

§ § § § § § § §

Os defensivos agrícolas continuam envenenando este povo. Lá em Soledade dois guris estão entre a vida e a morte desde fevereiro. É um assunto triste mas que está no dia-a-dia de todo trabalhador rural. Na página 10 se conta esta história e também as recomendações dos técnicos sobre o destino que se deve dar às embalagens vazias de defensivos.

mesmo tempo, desejar um Natal muito amigo e um 1980 de muita prosperidade.

Renato Borges de Medeiros

NR: é muito bom ler estas palavras do Renato, que é agrônomo da Cotrijuí e está há um ano longe de nós, lá na Austrália, fazendo um curso de pós-graduação em forrageiras. Olha Renato, se o jornal está sendo assim, isto mais se deve a participação dos produtores na sua elaboração, através do nosso Conselho Editorial, do que a algum mérito especial da equipe. Se ele existe, é apenas o de estar consciente da necessidade do próprio associado definir a linha de seu jornal.

INSTRUÇÃO, INFORMAÇÃO . . .

Tive oportunidade de ler um exemplar do Cotrijornal e verificado a importância do mesmo em comunicação, instrução e informação. Ficaria muito agradecido se houvesse possibilidade de receber sempre os exemplares.

Ernesto Peiter

Guaraciaba — SC

FUTURO AGRÔNOMO

Venho por meio desta consultar a senhoria sobre a possibilidade de uma assinatura do Cotrijornal.

Sou acadêmico do curso de Agronomia, na Universidade Federal de Santa Maria. Outro motivo que me levou até a Vossa Senhoria, o fundamental, é que considero esse jornal muito bom para a vida agrícola, seja nos seus textos, como

nas propagandas dos produtos para as lavouras.

Tomei conhecimento do seu valor através do nosso setorial do Curso de Agronomia (setorial Orlando Nobre) para o estudante que futuramente exercerá sua profissão na vida agrícola.

Mário Stuaní

Santa Maria — RS

VERDE NOS CAMPOS

Feliz Natal e um Ano Novo com muito verde nos campos, gado, plantas e . . . dinheiro.

Do leitor

Severino Collares

Bagé — RS

Também recebemos e agradecemos as felicitações da: Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais e Fundec — Fundação de Desenvolvimento Cooperativista; da Seção de Periódicos da Secretaria de Cultura, Desportos e Educação; Elanco Química S/A; Grupo Boston; deputado Harry Sauer e família; Transportadora 4 Rodas; Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul; Jacto Máquinas Agrícolas; Gimic Publicidade; deputado Jorge Uequed e família; Nortox Agroquímica S/A; Assocene; Clube do Professor Gaúcho; Conselho Municipal do Meio-Ambiente de Ijuí; CECM Empregados de Furnas Ltda; deputado Nelson Marchezan e família; Coop. Sul-Rio Grandense de Laticínios (Cosulati).



ESTE É UM FARDO

O presidente João Baptista Figueiredo apareceu na televisão e falou pelas rádios de todo Brasil na noite de sexta-feira, dia 7 de dezembro, e deixou todo mundo em polvorosa. Ele anunciava, nada mais, nada menos que a maior guinada na economia brasileira desde os distantes dias de 1964. Poucos foram, na verdade, os que entenderam o palavreiro do seu discurso, cheio de termos difíceis para os não iniciados nesta história de economia. E mesmo para os entendidos, muita coisa ainda não ficou clara. A função deste pacote em princípio é corrigir a inflação brasileira, que anda em níveis insustentáveis.

Para o agricultor, interessam diretamente três medidas que ele anunciou: a desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar de 30 por cento (a maior de uma só vez); a criação de um imposto sobre exportações de produtos primários e a redução dos subsídios ao crédito. As conseqüências destas medidas, porém, somente poderão ser sentidas daqui a alguns meses.

CLIMA INSTÁVEL

A primeira impressão que se teve, com a desvalorização do cruzeiro, era de que a soja subiria seu preço também 30 por cento. Subiria, mas não subiu. Isto porque dois dias depois de anunciar o pacote — que muitos estão chamando até de fardo — veio a regulamentação do tal imposto sobre exportações, que pode ser traduzido por um efetivo confisco cambial. Para compensar a maxidesvalorização do cruzeiro, este imposto terá também o valor de 30 por cento. E tem mais: o óleo de soja, que antes era isento de ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) agora precisa pagar este imposto; o farelo, que gozava de redução na alíquota de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) perdeu também este privilégio. Assim, os impostos somados pesam mais que 30 por cento.

Com tudo isto, o produtor vai acabar recebendo menos pela sua soja — e também outros produtos de exportação, como a carne, lã, arroz, etc — do que antes de ser anunciado o pacote. Para que os preços se mostrem compensadores, será preciso um comportamento muito bom do mercado interno. E este, hoje, já tem uma influência bem

mais acentuada na formação do preço do produto do que há pouco tempo, quando apenas a Bolsa de Chicago praticamente definia sozinho os preços que o Brasil iria pagar pelo produto.

O brabo em tudo isso, é que fica um clima muito instável neste Brasil para fazer qualquer negócio, como lembrava o diretor de comercialização Walter Suliman Duarte. Isto pode ser comprovado só olhando o fato de que o pacote logo depois de anunciado já recebia uns complementos para regulamentá-lo. E assim as coisas vão acontecendo, com as regras do jogo sendo mudadas de tempos em tempos.

O FIM DOS SUBSÍDIOS

A redução nos subsídios ao crédito já era esperada. Afinal, a agricultura vem recebendo críticas ferozes por contar com dinheiro barato para a sua formação. O fim dos subsídios, mesmo que não total, significa um real aumento no custo dos empréstimos para o setor rural, tanto para investimentos como para custeio.

Vejam só: o pequeno produtor que pagava por seus empréstimos o juro de 13 por cento ao ano, pagará agora exatamente 24 por cento ao ano sobre os financiamentos de custeio e 29 por cento para os de investimento. Os médios e grandes produtores pagam um pouco mais: 33 por cento para o custeio e 38 por cento para os investimentos.

As taxas de juros serão formadas de duas parcelas: a primeira representada por uma certa proporção da correção monetária e a outra por um percentual fixo. Assim, a correção monetária chega ao setor primário (a agricultura) como já atingiu uma série de outros segmentos da economia brasileira. Ela será calculada tomando como base as ORTN (obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) sempre na proporção mínima de 40 por cento.

AS NOVAS TAXAS

Para o mini e pequeno produtor (quem num ano vendeu menos do que Cr\$ 784.880,00 em produção) a formação da taxa de juros obedece o seguinte critério: 19 por cento de correção monetária mais 5 por cento de juros (total de 24 por cento) nos financiamentos de custeio e de 24 por cento de correção monetária e 5 por cento de juros



Todo produto, para ser exportado, precisará pagar imposto

(total de 29 por cento) nos financiamentos de investimento. Já para o médio e grande produtor (todos aqueles cujo total produzido em um ano seja de valor superior a Cr\$. . . 784.880,00) as taxas são bem maiores: 28 por cento de correção monetária e 5 por cento de juros nos financiamentos de custeio (total de 33 por cento) e 33 por cento de correção monetária e mais 5 por cento de juros (num total de 38 por cento) para os financiamentos de investimento.

Existem mais alguns detalhes para serem bem guardados: a correção monetária, por exemplo, só é variável para as tomadas de financiamentos de investimento (máquinas, galpões, etc). Os de custeio terão correção monetária fixa. Esta variação anual fica sujeita aos reajustamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional.

Já os financiamentos destinados à aquisição de fertilizantes químicos ou minerais continuarão sendo concedidos sem a cobrança de juros. Este é o único empréstimo que continua sendo subsidiado pelo Governo.

Os limites de financiamento também serão variáveis. As cooperativas, os mini e os pequenos produtores poderão ser atendidos em 100 por cento de suas pretensões. Para os médios produtores o adiantamento será de 90 por cento e para os grandes o adiantamento não ul-

trapassa a 80 por cento do orçamento apresentado.

E AGORA?

As justificativas governamentais para esta decisão de reduzir o subsídio ao crédito agrícola são no sentido de que as taxas até então praticadas eram irreais. Efetivamente, comparando as taxas inflacionárias (que este ano devem chegar aos 70 por cento) com os juros pagos pela agricultura, num máximo de 15 por cento, dá para ver uma grande diferença. Mas aí é que esta medida se torna discutível. Como bem se sabe os empréstimos à agricultura se caracterizam como operações de curto prazo, principalmente nos financiamentos de custeio. Além disso, é preciso lembrar que o subsídio acaba revertendo, na forma de um preço mais acessível, ao consumidor final, que também, como bem se sabe, não anda lá com um grande poder aquisitivo.

É por isto que qualquer conseqüência mais imediata a todas estas medidas tomadas com a finalidade de combater a inflação, precisam de mais tempo para serem sentidas. O certo, até agora, é que a mudança no crédito deverá provocar inevitavelmente um aumento nos custos de produção. E isto, nem 9 meses depois que foi anunciado outro pacote, este chamado de saco, com a intenção de estimular a agricultura, uma das ditas prioridades do Governo.



A LUTA DOS AGRICULTORES

Os agricultores de Miraguaí comprovam que a união dos trabalhadores rurais também pode ser uma realidade. Agora eles se uniram para defender seus direitos na área previdenciária. Mais tarde, outras mobilizações também podem acontecer. Aqui toda a luta que aquele povo está mantendo para fazer valer seus direitos.

Quem foi que disse que agricultor não se organiza? Quem quer que seja geralmente esteve com a razão. Mas também como se organizar se o pessoal não trabalha junto, como acontece nas fábricas, nas lojas da cidade, onde o contato diário dos trabalhadores possibilita que eles cheguem a tomar decisões de interesse de sua classe? Um exemplo típico e muito ilustrativo são as seguidas greves que pipocaram por este Brasil afora durante 79. Agricultor não faz greve, é uma expressão repetida por este País inteiro, mesmo quando a situação está para lá de preta. O que acontece é que o pessoal geralmente trabalha sozinho, com a ajuda apenas de gente da família e, mesmo vivendo problemas comuns, não chega a se organizar para levar adiante uma mesma idéia.

Só que os acontecimentos que estão sendo vividos em Miraguaí, um dos municípios da área de atuação da Cotrijun na Região Pioneira, desde o mês de junho, desmentem completamente isto. Desde lá os mil e poucos associados do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município estão engajados e pegando lado a lado numa mesma luta: a de reivindicar uma assistência médica e hospitalar digna.

Até a Porto Alegre o pessoal já foi. Foram lá conversar com as autoridades e exigir uma solução para seu problema. No último dia seis de dezembro, 60 agricultores, representando as lideranças de núcleos, se reuniram no CTG da cidade para avaliar todo trabalho feito até agora. Ali o pessoal decidiu que sua luta não deve ser guardada apenas em Miraguaí como experiência. Que nos outros lugares, onde o problema é semelhante, mas só não adquiriu contornos tão graves, o povo também fique sabendo que a união dos agricultores de Miraguaí, se até agora não conseguiu resultados satisfatórios não foi por falta de consciência da população. Foi por falta de sensibilidade das pessoas com o poder de decisão.

VELHA INSATISFAÇÃO

Nesta reunião o pessoal foi lembrando tudo o que aconteceu até agora. A insatisfação vinha na verdade de tempos. Miraguaí, um município pequeno, com população beirando os 8 mil habitantes, tem apenas um médico e hospital. Ali, paciente do Funrural "vinha sendo tratado mais ou menos como um cusco, como se fosse pé-de-chinelo", como lembra seu Aldomiro Antônio dos Santos, presidente

do Sindicato. O próprio vigário de Miraguaí, o padre Luiz José Hass, se solidarizou com os agricultores, ouvindo suas queixas sobre a ausência do médico nos fins de semana e feriados, falta de higiene no Hospital, cobrança pelos serviços, e assim vai, num verdadeiro rosário de queixas.

"Nós", lembra um dos agricultores presente à reunião, "fomos nos dando conta que o agricultor estava escravizado em seus direitos. E que direitos? O único direito que se tinha era de um atendimento ruim só em Miraguaí e ainda por cima pagando às vezes por ele".

A primeira reação do pessoal foi culpar o Sindicato. Oras, era pelo Sindicato que se conseguia as guias de internamento hospitalar (muitas vezes adulteradas pelo médico, como comprovam documentos que o Sindicato guarda com todo cuidado). Era no Sindicato que o médico ia atender o pessoal que chegava do interior para uma consulta. Toda assistência parecia depender única e exclusivamente do Sindicato. Para lá, e contra ele, iam todas as acusações. No Sindicato, é claro, se tentou fazer o pessoal enxergar que não era bem isso.

UM REFORÇO

Uma série de reuniões começou a acontecer pelo interior. Um grande reforço era dado por duas ex-enfermeiras do Hospital Nossa Senhora de Fátima, que iam para o interior e contavam as coisas que sabiam. E o que deu de gente participando destas reuniões, nem contando. Na verdade, e o pessoal se lembra bem, a discussão sobre problemas de Saúde começara bem antes. Isto há uns dois ou três anos atrás, quando em todos municípios da região foram formadas as Comissões de Saúde. Oras, se existia uma Comissão por município, é porque os problemas não são de hoje. A novidade é que os agricultores começaram a tomar consciência de uma série de coisas. Bem como eles contaram na reunião:

— Todo mundo estava sentindo o problema. Só não se sabia ao certo como eram as coisas. Todo mundo sentia que o problema era o médico, que o problema era com o Sindicato. Só que não se estava organizado nos núcleos como se está agora.

Primeiro, o pessoal bem lembra, o culpado era o Sindicato. Muitos não tinham nem idéia da razão do desconto do Funrural. Conta um dos agricultores:

— Até falavam que era prá Cooperativa que iam os 2,5 por cento. Afinal, era a Cooperativa que descontava o dinheiro. Só depois, com as reuniões, é que muita gente ficou sabendo que estes descontos eram para ter direito a uma assistência médica e no hospital.

A 1ª ASSEMBLÉIA

Aí, o Sindicato não era mais o culpado. O culpado, e isto parecia bem claro naquele momento, era o médico. Ele é que não tinha a sensibilidade dos problemas do povo. Ele é que cobrava um dinheiro que os agricultores não tinham. Ele era o único culpado até a primeira Assembléia que o Sindicato fez para discutir exatamente o problema de saúde. Isto foi no dia 14 de junho deste ano.

Ali, as coisas que o pessoal estava só imaginando, mas não conseguia ter bem claro na idéia, era de que tanto o médico, como o Sindicato, só faziam parte de todo um sistema mais amplo de assistência ao homem do campo. O Sindicato pecara por não se dar conta disso há mais tempo. O médico por ser tão inábil em conduzir as coisas. Conta um dos agricultores:

— A gente se deu conta que a culpa era lá da Previdência. Se viu que ela pagava pouco pro médico, tanto fazendo se ele atendia bem ou mal, muita ou pouca gente. Agora, que o médico ainda é culpado, isto ainda é.

Se o médico não agisse de forma tão bruta, como um deles classificou sua atitude, talvez as coisas em Miraguaí não estivessem no pé em que estão. Foi este fato que provocou toda mobilização e uma decisão na primeira Assembléia: o convênio médico e hospitalar existente entre o Funrural e o Sindicato, representando seus associados, deveria ser transferido para outro município, de preferência em Tenente Portela, cidade longe 18 quilômetros de Miraguaí. Em Miraguaí não existia, e nem existe mais, clima favorável para que os agricultores procurem o hospital.

AS PROMESSAS

Depois da Assembléia, o seu Aldomiro, representando os interesses dos as-

sociados, foi até Porto Alegre conversar com o pessoal do Funrural. Ali, até prometeram que o convênio seria transferido. Foi então que o seu Aldomiro, aprendeu que as coisas não são fáceis de acontecer como de dizer. O convênio com o Hospital de Miraguaí foi desfeito, conforme telegrama que o seu Aldomiro recebeu no dia seis de agosto. Mais tarde, em setembro, chegou outro telegrama para o Sindicato (ele era datado de seis de setembro, mas só chegou no Sindicato dia 24), comunicando que a partir daquela data os pacientes do Funrural deveriam ser encaminhados ao Hospital Santo Antônio, de Tenente Portela.

Lá se foi o seu Aldomiro prá Portela. E voltou prá Miraguaí derrotado. Da direção do hospital recebeu a informação de que os médicos não dariam, de maneira alguma, atendimento aos agricultores de Miraguaí. Isto porque a AMRIGS (que é a Associação Médica do Rio Grande do Sul) conseguiu junto ao pessoal da Previdência que a rescisão do convênio com Miraguaí fosse suspensa, para que uma Comissão Mista formada por gente do INAMPS (a quem o Funrural é ligado) e AMRIGS, investigasse a situação.

A 2ª ASSEMBLÉIA

Depois disso, dê-lhe então outra viagem a Porto Alegre, desta vez de uma comissão representativa dos agricultores. E só tempo perdido. O pessoal voltou para Miraguaí e realizou outra Assembléia, esta no dia 10 de novembro. Todas as decisões foram reafirmadas e o pessoal até fez passeata no final da Assembléia: o convênio deve ser transferido; o agricultor tem direito a uma assistência maior e melhor; que o Funrural pague os médicos e hospitais por serviço prestado e não através de uma verba fixa; que os agricultores tenham uma carteirinha de identificação, como acontece para o trabalhador urbano que é vinculado ao INPS, podendo ser atendidos em qualquer lugar no Brasil. E mais uma vez se foi a Porto Alegre. Desta vez lotando dois ônibus, com 84 pessoas. Antes da viagem, porém, foi desenvolvido um trabalho nas comunidades, elegendo 7 representantes por núcleos, e deixando bem claro o que se pretendia com mais esta ida a Porto Alegre.

O APOIO DOS BAIRROS

Lá o pessoal não se limitou a falar com a gente do Funrural e da AMRIGS foram também na Assembléia Legislativa e no Palácio Piratini, falar com o próprio Governador e ver o que ele tinha a dizer. E receberam ainda, de surpresa, o apoio do pessoal da Associação dos Moradores de Bairros de Alvorada, que confessaram ser ex-agricultores que acabaram nas cidades.

Com os deputados, na Assembléia, o pessoal ficou meio decepcionado:

— Teve deputado que só apareceu mais tarde, lá no Palácio, quando viram que a gente ia mesmo falar com o Governador. Só marcaram presença. Agora teve um, e este nós vamos guardar bem o nome, que nos ajudou desde o início. Este nós vamos saber recompensar mais tarde, quando for época de eleição.

No Palácio a comissão esperou um mundo de tempo prá falar com o Governador Amaral de Souza. Na falta de cadeiras suficientes, foram se esparramando pelo chão mesmo que a tarde era quente demais prá ficar de pé. O seu Aldomiro até lembrou um lance engraçado:

— Quase caí da cadeira. É que a

gente não está acostumado com aqueles luxos de lá. Luxo que a gente mesmo paga.

E AS SOLUÇÕES?

O governador custou a atender o pessoal. Estava assim de audiência naquele dia. Enquanto o pessoal esperava, o seu Adão Preto, famoso por suas trovas, foi lascar uns versos prá apressar o encontro com o Governador. Só foi se chegar no fim do expediente, isto depois de pedir licença para assistir a missa, ali do lado na Catedral, pois era Dia de Ação de Graças. Na volta da missa, prometeu apoiar os agricultores. E até já mandou carta pró Sindicato, dizendo que concordava com as reivindicações. Fala o pessoal:

— Já que já temos o apoio vamos ver agora as soluções.

Alguma coisa já começou a mudar por Miraguaí. Uma delas é a higiene do hospital, que melhorou bastante depois desta viagem da Comissão até Porto Alegre:

— Fizeram uma boa limpeza prá melhorar a impressão.

O atendimento também está mais caprichado. Um primo do seu Arlindo Radons até teve que assinar um papel ao dar alta do hospital, concordando que fora bem atendido.

O seu Aldomiro também ficou sabendo que a recusa dos médicos de Portela em atender os agricultores de Miraguaí através do convênio não é de valde. Eles contaram não concordar com as propostas feitas pelo Funrural, de manter também o convênio em Miraguaí. É lógico que os doutores não devem gostar da idéia. Afinal, seu colega de Miraguaí vai ganhar a mesma coisa que eles sem fazer absolutamente nada.

O representante do Funrural andou lá pela região por estes dias. Só que não encontrou ninguém dos médicos prá conversar. O pessoal de Portela fora no casamento de um colega em Porto Alegre. O médico de Miraguaí também não estava por lá.

O DOCUMENTO DA REGIONAL

O caso é que hoje, os agricultores de Miraguaí não estão sozinhos. A regional dos Sindicatos (de Braga, Crissiumal, Campo Novo, Coronel Bicaco, Humaitá, Miraguaí, Redentora, São Martinho, Tenente Portela e Três Passos) também apóia seu movimento, conforme o documento que elaborou em sua última reunião:

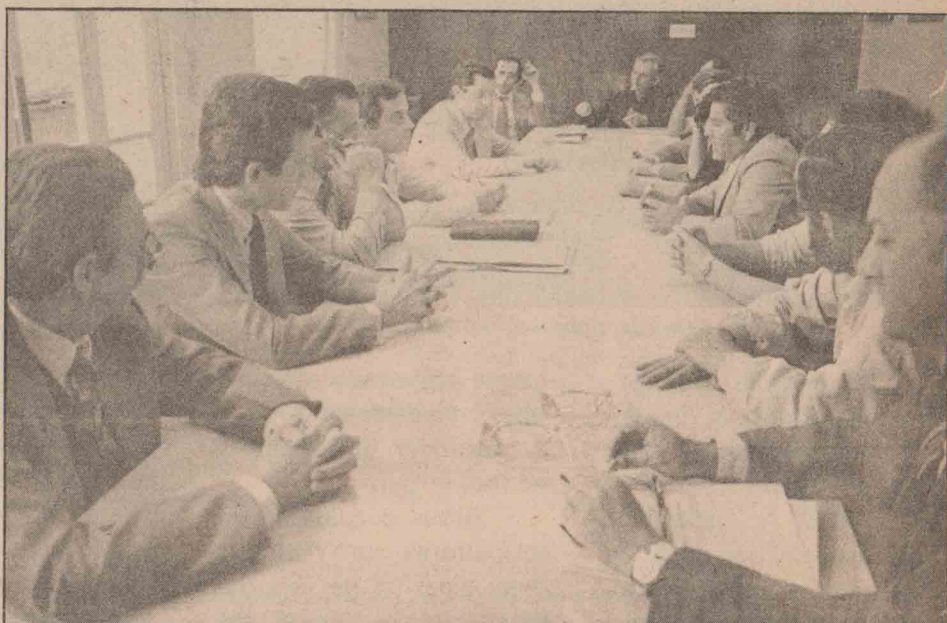
“Nós, dez Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região Ceilero, reunidos em Humaitá no dia 20 de novembro, sabedores do movimento reivindicatório dos irmãos agricultores de Miraguaí, manifestamos total e irrestrito apoio às reivindicações suas, bem como de outros municípios.

Vivendo no meio rural, conhecemos a realidade nua e crua de todos os agricultores de nossa região, flagelados pelas frustrações de safras, pelos problemas de falta de melhor assistência médico-hospitalar, preços justos, terras e outros. Quanto à assistência médico-hospitalar, estamos injustamente excluídos dos benefícios, como por exemplo, do atendimento noturno e de fim de semana.

Apoiados nas teses do 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, denunciamos as graves injustiças sofridas por nossos trabalhadores rurais e comprometemo-nos a dirigir o movimento sindicalista para as necessidades sociais e comuns



Em Porto Alegre, o pessoal foi na Assembléia



. . . . na Associação dos Médicos



. . . . e também no Governador, que aparece ouvindo seu Arnaldo Hermann contar o que estavam querendo

da classe, favorecendo as ações transformadoras da realidade. E queremos que nossa voz seja finalmente ouvida.

Por isso, apoiamos o movimento sindical de Miraguaí e reforçamos suas reivindicações, exigindo que:

1º — os agricultores de Miraguaí tenham assistência médico-hospitalar também em Tenente Portela;

2º — os agricultores brasileiros tenham direito à assistência médico-hospitalar em todo território nacional, a exemplo do trabalhador urbano;

3º — os agricultores, através de seus

dirigentes sindicais, tenham participação direta na escolha do responsável-chefe pela assistência médico-hospitalar na área rural.

4º — finalmente, reivindicamos que o pagamento do atendimento médico-hospitalar aos convenentes seja feito por unidade de serviço e não por preço fixo mensal, conforme sistema em uso, endossando reivindicações de outras regionais.

Aguardamos urgentes providências neste sentido, agradecemos desde já, reiterando protestos de elevada estima e distinta consideração”.

O PROTESTO EM FREDERICO



Uma prova da mobilização dos agricultores: 10 mil pessoas protestando

Perto de 10 mil agricultores saíram à rua em Frederico Westphalen para reclamar e protestar contra os serviços e benefícios que recebem por parte da Previdência Social Rural. Seu movimento é muito semelhante ao dos agricultores de Miraguaí (veja nas páginas 4 e 5) e identifica-

mente provocado pelo péssimo atendimento médico e hospitalar que recebem no município.

Antes da passeata os agricultores se reuniram num ginásio de esportes do município durante uma Assembléia Geral do Sindicato de Trabalhadores Rurais. Ali comprimidos, nu-

ma verdadeira multidão, formularam as três principais reivindicações que irão apresentar em Porto Alegre: a substituição do representante local do Funrural, Luiz Cordeiro que não assume suas obrigações; melhores condições para que o ambulatório médico volte a funcionar e ainda o descumprimento do convênio firmado entre o Funrural, Amrigs (Associação Médica do Rio Grande do Sul) e hospitais. Estas reivindicações, a exemplo do que aconteceu com as de Miraguaí, serão apresentadas ao governador Amaral de Souza, Funrural e Amrigs.

Já foi marcada uma nova assembléia para o dia 27 de dezembro, onde se pretende fazer uma avaliação das propostas que os agricultores receberem lá na capital. Se os seus pedidos não forem atendidos e as propostas não agradarem, já está decidido que, aí sim, vai uma verdadeira caravana de agricultores para Porto Alegre. A assembléia também autorizou a organização de uma bruta concentração regional, provando a mobilização do pessoal.

A comunidade se determina

Os primeiros passos concretos para a implantação de um sistema de medicina comunitária — mais preventivo do que curativo — começaram a ser dados no interior de Dom Pedrito, a partir do último dia 15 de dezembro. Naquele dia, um sábado, foi iniciado o trabalho nas localidades de Três Vendas e Ponche Verde. Nada de solenidade muito especial ou coisas de estilo. O pessoal começou a trabalhar de vez.

Só que a coisa não é nova. Faz mais de ano e meio que a Cooperativa e o Sindicato de Trabalhadores Rurais vêm fazendo reuniões no interior, para discutir e ouvir os associados em que pé estão os problemas sentidos pela comunidade. Durante estes encontros, três dificuldades vinham sendo apontadas: estradas, postos de recebimento de produto e saúde. Estrada é de competência exclusiva do Governo, seja estadual ou municipal. Postos de recebimento é um assunto que precisa envolver muita gente — e recursos — para chegar a uma definição.

A questão de saúde é algo sentido bem de perto por todo mundo. E as próprias comunidades começam a encaminhar suas soluções. É o caso de Três Vendas e Ponche Verde, onde foram criadas Comissões de Saúde, que ficaram com a responsabilidade de definir a melhor forma de operacionalizar um sistema de saúde que servisse à comunidade. Duas pessoas, uma de cada localidade, foram selecionadas para participar de um curso de especialização em enfermagem. Durante 40 dias elas permaneceram no Hospital Santa Terezinha, que é da Cotrijuí e fica no município de Santo Augusto, aprendendo aquilo que é necessário para atender a população de suas comunidades.

APOIO NA CIDADE

Este programa está com o apoio integral na cidade. Tanto os Sindicato de Trabalhadores Rurais, Cotrijuí, Sindicato Rural, Prefeitura, Coordenação e Assessoria Técnica do município, como os médicos que atuam junto ao Sindicato, discutiram e aprovaram o programa que começou a ser colocado em prática.

Nas Escolas, os professores e alunos fizeram um levantamento da real situação destas comunidades em termos de saúde, englobando condições de higiene, etc. Da Guarnição Federal as comunidades receberam móveis e utensílios para os ambulatórios. Dos médicos e Sindicato, veio a contribuição em remédios.

O ambulatório em Três Vendas irá funcionar na própria capela da localidade, que cedeu uma sala ao lado da altar para o atendimento à população. Em Ponche Verde, a Prefeitura colocou à disposição uma escolinha que não estava mais funcionando. As próprias comunidades, num trabalho de mutirão, se responsabilizaram pela arrumação e pintura destes locais.

O trabalho de medicina comunitária prevê que as próprias comunidades identifiquem suas necessidades de saúde. Sua função é mais preventiva do que curativa, pois prevê o melhoramento de condições de higiene das residências, atendimento ambulatorial em casos de menor gravidade (curativos, injeções) etc. O caso de Três Vendas é muito ilustrativo: a localidade fica na fronteira com o Uruguai e bastante distante da sede do município. Ali, a própria população, deve saber identificar e resolver seus problemas mais simples de saúde.



Chegou o herbicida para soja que acaba não só com a marmelada, mas também com pé-de-galinha, colchão, capim arroz, carrapicho e outras ervas daninhas de folhas estreitas e mais algumas de folhas largas.

Dual o herbicida para soja tão moderno que dispensa incorporação.

CIBA-GEIGY



A aplicação de defensivos exige técnica e cuidados especiais. Observe as recomendações dos agrônomos e técnicos agrícolas antes de cada aplicação.

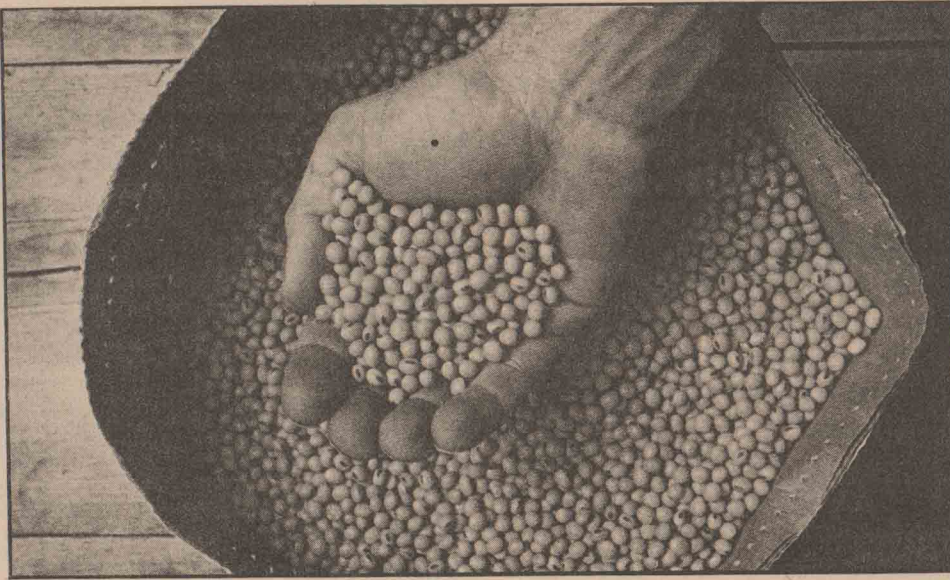
AÍ ESTÁ A BONIFICAÇÃO

A bonificação da semente de soja sempre deu pano prá manga. Todo produtor ainda lembra do pagamento referente a semente da safra 77/78, realizado no início deste ano, e que gerou muito descontentamento por este interior afora. A frustração da safra atrapalhou todos os cálculos da produção de semente, sobrando muito produto sem colocação no mercado. Pois para definir o valor das bonificações da semente da safra 78/79 foi reativado o Conselho da Produção da Semente, que se reuniu por várias vezes durante todo ano para chegar a algumas decisões.

Em cada município existe um Conselho de Semente que elege representantes que fazem parte de um Conselho Geral da Produção. Na última reunião que aconteceu, dia 30 de novembro, em Ijuí, participaram estes representantes de tudo quanto é unidade da Cooperativa na região Pioneira. Ali, além de definirem os padrões que serão adotados este ano e para a próxima safra que começou a ser plantada, também foram aprovados os valores destas bonificações (veja nos quadros abaixo).

OS CUSTOS DE PRODUÇÃO

O negócio não foi muito pacífico. Alguns produtores se mostraram insatisfeitos com os valores fixados, pois esperavam uma bonificação um pouco maior. Eles alegam que os custos de produção de semente estão muito altos e que se não houver uma melhoria na bonificação das próximas safras, muitos deixarão de produzir semente. O seu Emílio Lausch, de Ijuí, ainda complementou esta colocação: além do alto custo de produção, eles ainda correm muitos riscos e perdem em rendimento da lavoura. Isto por-



que precisam esperar para que a planta atinja condições ideais de colheita. Enquanto aguardam que a lavoura seque, seus vizinhos já estão até plantando, podendo aproveitar a melhor época para formar a lavoura seguinte.

O diretor do Departamento Técnico, agrônomo Nedy Borges, explicou para o pessoal as razões da bonificação não alcançar um valor mais alto: os custos de produção referentes a armazenamento, beneficiamento, sacaria, juros bancários, etc. . . . também estão muito altos. Isso sem contar que a Cooperativa precisa acompanhar o preço da semente da Fecotrigo, que é adotado por todas as outras cooperativas do Estado.

A COMPARAÇÃO

Ele lembrou que a Cotrijuí está muito preocupada em reduzir seus custos

de produção de semente. Só assim ela poderá dar um maior valor de bonificação para os produtores desta semente. Existe inclusive um projeto para a construção de uma unidade à granel de semente, que permitirá uma baixa sensível nos custos. Só que para construí-la será preciso investir. E, como bem se sabe, as frustrações de safras têm prejudicado a liberação de recursos por parte dos órgãos financeiros, para a implantação de projetos deste tipo.

Na verdade, comparando friamente os valores da bonificação definidos para este ano em relação aos da safra anterior, dá a nítida impressão de que não houve um real aumento para os produtores. Expressivos, não dá para negar, eles não foram. Só para ver: no padrão 1, ano passado a bonificação era de Cr\$ 50,00 e este

ano é de Cr\$ 55,00; no padrão 2 permaneceu inalterada em Cr\$ 40,00; no padrão 3, passou de Cr\$ 25,00 para Cr\$. . . 30,00; no padrão 4 de Cr\$ 10,00 para Cr\$ 20,00; e no 5 de Cr\$ 5,25 para Cr\$ 15,00. Só que o pessoal esqueceu um detalhe: ano passado a semente era ensacada em volumes de 60 quilos. Este ano eles são de 50 quilos. Assim, os Cr\$ 55,00 pagos para o padrão 1 nesta safra, representam, Cr\$ 66,00 se o saco fosse de 60 quilos.

AS ALTERAÇÕES

Desta última reunião participaram técnicos e produtores de todas as unidades. Só que apenas os produtores tiveram direito a voto na hora de tomar decisões. O seu Edgar Prauchner, de Ajuricaba, sugeriu que nas próximas reuniões também se fizessem presentes os chefes de armazéns de semente para que eles fiquem por dentro dos assuntos tratados. Isto, segundo seu Edgar, é muito importante, pois ocorrem alguns problemas na área de armazenamento que poderiam ser melhor discutidos nestas ocasiões.

A decisão dos produtores é que para fins de pagamento da bonificação da safra de 79 ainda se mantenha cinco padrões de semente. A tabela aprovada ficou um pouco mais rígida em relação ao feijão miúdo do que aquela que vigorou na última safra. Quanto à mistura varietal, que foi a responsável pela condenação de muita semente da safra de 78, se decidiu separar as exigências quanto à Bragg e IAS-4 (as que apresentaram maior problema) em relação às demais variedades.

Já os padrões de semente para a safra que agora foi plantada, serão mais uma vez diferentes. Discutiu-se bastante uma nova tabela, "mais apertada", numa tentativa de melhorar substancialmente a qualidade da semente produzida pelos associados da Cotrijuí. Mas não foi todo mundo que concordou com a tabela, que, mesmo sendo aprovada, pode ainda ser alterada no decorrer da safra. A sugestão é que esta tabela seja apresentada aos demais associados durante as inscrições para a produção de semente. Dependendo do andamento da safra e, como consequência, da qualidade da semente recebida, esta tabela pode sofrer alterações se houver uma opinião unânime do Conselho Geral da Produção de Semente.

PADRÕES DE SEMENTE DE SOJA SAFRA 78/79				
Padrões	Padrão de Moega Feijão Miúdo e/ou amoroso	Padrão de Laboratório - Mist. Var.		
		Bragg	IAS-4	Outras variedades
1	0	0 a 6	0 a 6	0 a 3
2	0	7 a 12	7 a 12	4 a 7
3	até 2	até 15	até 15	8 a 11
4	até 3	até 20	até 15	12 a 15
5	até 5	até 30	até 15	até 15

VALOR DAS BONIFICAÇÕES	
Padrão 1	Cr\$ 55,00
Padrão 2	Cr\$ 40,00
Padrão 3	Cr\$ 30,00
Padrão 4	Cr\$ 20,00
Padrão 5	Cr\$ 15,00
Sem Padrão	Cr\$ 8,50
Condenado Baixa Germinação	Cr\$ 8,50

OBS: Valores a serem pagos por sacos de 50 quilos.

PADRÕES DE SEMENTE DE SOJA SAFRA 79/80			
Padrões	Padrão de Moega Feijão Miúdo e/ou amoroso	Padrão de laboratório - Mist. Varietal	
		BRAGG E IAS-4	Outras variedades
1	zero	0 a 5	0 a 3
2	zero	6 a 9	4 a 7
3	2	10 a 15	8 a 15

Para a próxima safra, a intenção é apertar um pouco a tabela (veja ao lado) e melhorar a qualidade da semente produzida. Na tabela abaixo dá para observar em quais padrões foram incluídas as sementes em cada Unidade da Cooperativa.

Resumo dos padrões por unidade

UNIDADE	PADRÕES					FORA PADRÃO	COND. B.G.	TOTAL
	1	2	3	4	5			
Ijuí	103.405	7.736	17.530	2.981	2.128	9.277	171	143.228
Santo Augusto	59.618	6.687	11.072	2.451	1.221	2.556	110	83.715
Ten. Portela	14.615	2.299	504	299	-	-	156	17.873
Vila Jóia	23.120	3.555	14.563	2.888	435	-	-	44.558
Cel. Bicaco	4.209	364	2.658	182	-	592	-	8.005
TOTAL	204.967	20.638	46.327	8.801	3.784	12.425	437	297.379

ECONOMIZE COMBUSTIVEL

Aplique DUAL

POUPE UMA VIAGEM DO SEU TRATOR

UM DESASTRE

A super-safra não aconteceu. Mais uma vez o trigo negou seus carinhos aos agricultores gaúchos. Dos quase 80 mil produtores que arriscaram mais uma vez nesta lavoura, exatamente 46.183 solicitaram até o início de novembro a cobertura do Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) pois tinham certeza de que não iriam colher o suficiente para pagar seus financiamentos de custeio.

Até o dia 18 de setembro, como lembra o agrônomo Alberto Parenti Filho, tudo levava a crer que a safra, senão excelente, pelo menos seria das boas. Não que o rendimento da lavoura alcançasse níveis excepcionais. Tudo estava andando normal, umas geadas no cedo que não prejudicaram demais, algumas lavouras onde apareceu o mal-do-pé e assim por diante. Mas é que a área plantada pelo menos dobrou em relação à safra passada. Só na região Pioneira da Cooperativa, por exemplo, os agricultores cultivaram 238.560 hectares, contra os 162.400 hectares de 78.

A CHUVA DE 4 MESES EM 1

Só que do dia 18 para 19 caiu uma bruta geada. O trigo das baixadas branqueou. Na noite seguinte mais uma geada. E aí começou um período de chuva encordoada. Até o dia 10 de setembro, conforme os dados do Ênio Leonardo, que cuida do serviço de meteorologia — estas histórias de controlar o tempo, o clima — havia chovido 19,9 milímetros. De 11 a 20 choveu pouco: 14 milímetros. Mas de 21 a 30 foi aquele desastre: 188,2 milímetros, o que deu um total de 222,1 milímetros no mês de setembro. É chuva prá ninguém botar defeito. Só que isso não é nada se comparado aos 7 primeiros dias de outubro,

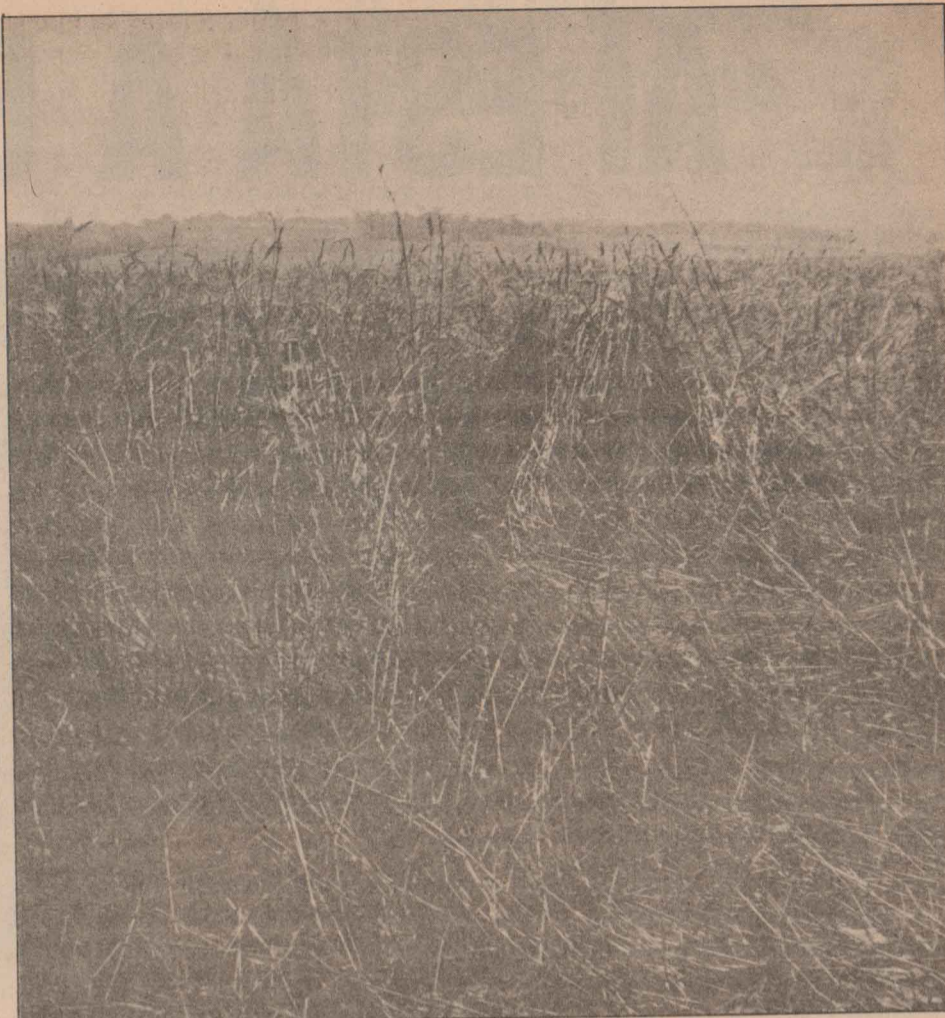
quando choveu o horror de 225,5 milímetros. Somando todas as precipitações de outubro, o solo da região foi encharcado por 413,4 milímetros de água, o que representa 1/3 de toda precipitação de um ano inteiro. Conta o Ênio:

— Coisa igual só se viu em junho de 1972, quando choveu 572 milímetros. Mas não dá para esquecer que isto foi numa época não tão prejudicial à lavoura como aconteceu este ano.

De fato, o trigo que não se foi com a geada, penou com a chuva. Tudo que é doença fúngica apareceu. Aí nem defensivo quase adiantava passar. O tempo foi maldoso para os triticultores. Verdadeiros temporais arrasaram com as lavouras, acamando as plantas. Veio chuva de pedra para destruir mais um pouco. Só para ver: dos 5.370 contratos de financiamento feitos pelo repasse da Cooperativa, 4957 solicitaram Proagro e apenas 403 foram cobertos com a colheita.

E O TRIGUILHO?

Além de colher mal, com um rendimento médio de 6,2 sacos por hectare na região Pioneira, a qualidade do trigo também ficou abaixo da crítica. Até meados de dezembro ninguém sabia o que fazer com o triguilho, aquele trigo que não alcançou o específico de 65 e que ainda serviria para a moagem. Nem o agricultor, nem a Cooperativa e nem o CTRIN (Departamento de Compra do Trigo Nacional), do Banco do Brasil, sabiam como pagar e que fim dar ao produto de baixo peso específico. E o que deu de trigo com específico baixo não foi brinquedo: 33 por cento da produção entregue. Com isto, não saíram as notas de liquidação para os produtores que também não podiam



comprovar na Emater as quebras de sua lavoura.

A decisão custou a sair. A Cooperativa vai realmente receber todo o trigo e o Banco vai comprar esta produção. Só que o produto acabará recebendo um desconto físico, para permitir que este específico seja alcançado. São perto de 30 mil toneladas que precisarão passar por uma máquina especial para seleção e limpeza. Imaginem só o tempo e mão-de-obra necessária para isto. Com isto, é claro, o volume físico da produção irá diminuir.

DESCONTO FÍSICO

Assim, para todo trigo que foi entregue com específico variando de 61 a 64 pontos, será feito um desconto de 5 por cento por ponto. Desta forma, cada saco de 60 quilos de produto com específico 64 acabará com um peso de 57 quilos. Como o saco de 60 quilos com especí-

fico 65 é comprado pelo Banco ao valor de Cr\$ 265,50, o produtor receberá Cr\$ 252,23. No trigo de específico de 61, o desconto é então de 20 por cento, restando um peso de 48 quilos e um preço de Cr\$... 212,40. Todo trigo com específico abaixo de 60 sofrerá um desconto de 40 por cento, independentemente de quantos pontos alcançou. Este triguilho valerá então apenas 36 quilos e Cr\$ 159,30. O produtor que preferir reter o triguilho e usá-lo como forrageira deve declarar, seja na Cooperativa ou no próprio Banco do Brasil, a quantia de produto que não entregou para comercialização. Só que deve pagar ao Banco por este produto, na base de Cr\$ 2,50 a Cr\$ 3,00 o quilo (ainda não foi bem definido pelo CTRIN de quanto será o preço). O trigo, não dá para esquecer, é considerado produto de Segurança Nacional e o Banco seu único dono.

Unidades	Área Plantada	Estimativa Anterior	Estimativa 15/10	Recebido pH + 65	Recebido - 65	Semente pH + 65	Semente pH-65	Semente Total	Total	Scs ha	Quebra
Ijuí	50.270	990.000	380.000	94.332	152.267	35.892	10.642	46.534	293.133	5,80	70
Santo Augusto	30.400	600.000	300.000	115.864	123.012	43.424	9.434	52.858	291.734	9,60	51
Tenente Portela	22.350	450.000	300.000	203.037	41.881	24.006	—	24.006	268.924	12,00	40
Vila Jóia	29.500	580.000	223.000	36.799	46.892	24.227	10.540	34.767	118.458	4,00	80
Coronel Bicaco	26.000	230.000	80.000	41.729	43.452	8.293	—	8.293	93.474	3,60	59
Chiapetta	22.500	500.000	200.000	71.191	89.065	—	—	—	160.256	7,12	68
Ajuricaba	20.260	500.000	150.000	49.220	46.215	—	—	—	95.435	4,71	81
Augusto Pestana	23.280	370.000	150.000	60.257	59.369	—	—	—	119.626	5,10	67
Esquina Umbú	14.000	250.000	100.000	38.863	26.323	—	—	—	65.186	4,60	74
TOTAL	238.560	4.470.000	1.883.000	711.292	628.476	135.842	30.616	166.458	1.506.226	6,3	66

Rendimento médio: 6,3 sacos/ha
 Quebra com base em 22 sacos/ha: 71,36%
 Quebra com base na estimativa de recebimento: 66,30
 Do recebimento — pH + 65: — 56%
 pH — 65: — 44%
 Dados computados até 11/12/79

MATO GROSSO

No Mato Grosso a situação foi um pouco diferente. Mas também não muito melhor. Na área da Cotrijuí, no sul do Estado, o trigo é plantado bem mais cedo do que no Rio Grande. Lá, quando no Sul mal se pensava em começar a colher as lavouras, o trigo já estava todo colhido. Na região de Dourados e Rio Brilhante, o comportamento da safra foi razoável. Algumas lavouras foram atingidas por geada, mas nem isto comprometeu profundamente o resultado da safra. Já em Maracajú e Sidrolândia as complicações apareceram. Na última unidade praticamente nem se colheu trigo. Se no Sul o excesso de chuva acabou com as lavouras, lá foi a falta dela que provocou uma frustração na safra. Em Maracajú, além da seca, ainda houve a ocorrência de geadas.

Dos 85 mil hectares plantados, segundo os cálculos do agrônomo Emanuel da Costa, se tirou uma produção de 757.084 sacos, o que dá um rendimento de aproximadamente 9 sacos por hectare.

DOM PEDRITO

A região da fronteira do Rio Grande é a última a acabar de colher. Lá, os problemas foram bem

menores do que na Região Pioneira. Dos 6.500 mil hectares semeados por associados da Cotrijuí em Dom Pedrito foram recebidos 57.795 sacos, com rendimento de 8,8 sacos por hectare.

E A SEMENTE?

É líquido e certo que os associados da Cotrijuí não produzirão semente suficiente para a próxima safra. Isto só acontecerá se a área de plantio for substancialmente reduzida, o que muito técnico não acredita. Os próprios produtores já estão prevendo uma redução de 30 por cento na área de plantio só pela ocorrência do mal do pé em muitas lavouras. Na verdade, a redução ou aumento da área, vai depender basicamente da política do Governo. Com Proagro a 100 por cento e bom financiamento, nem esta frustração vai impedir que o pessoal plante no ano que vem. A solução será buscar semente fora da região, principalmente no Paraná. Além da pequena produção de semente nesta safra, sua qualidade também está deixando muito a desejar. De 31.590 sacos analisados na Unidade de Ijuí até o dia 30 de novembro, somente 11 por cento apresentavam germinação acima de 80 por cento (o mínimo permitido).

Proagro resolve?



Com o Proagro dando cobertura de 100 por cento para a frustração da lavoura, pelo menos prejuízo direto o agricultor não vai ter. Só que a cobertura dos 100 por cento é relativa. É que mesmo ampliando de 80 para 100 por cento o pagamento dos prejuízos, ainda resta para o produtor pagar alguns juros sobre os financiamentos de custeio que ele contraiu para plantar o trigo.

É o seguinte: o Proagro cobre apenas o chamado principal do contrato, que é o valor do financiamento que o agricultor pegou no Banco ou no repasse da Cooperativa, sobrando ainda parte dos juros. Pelas determinações do Banco Central, cabe ao Proagro cobrir os juros devidos pelo produtor a partir da data da perda estabelecida no laudo pericial, no caso de perda total, ou da data de recolhimen-

to da receita obtida, no caso de perda parcial. O Aramis Batista, gerente de crédito, explica melhor esta linguagem do Banco:

— Quem perdeu toda lavoura só vai pagar o juro que está correndo da data em que ele contraiu o financiamento até a data em que foi feita a vistoria comprovando 100 por cento de prejuízo. A partir dali, os juros correm por conta do Proagro. No caso de quem perdeu apenas parte da lavoura é um pouco diferente. O juro começa a contar também no dia em que foi retirado o financiamento e só pára depois que o produtor apresenta todas as notas de entrega do produto.

Isso quer dizer que, mesmo com o Proagro, muita gente vai efetivamente acabar pagando por ter plantado trigo este ano.

Mal umas quantas vezes

E o produtor, como é que fica depois de mais esta frustração? "Mal umas quantas vezes", diz seu Bruno Schmidtke, da Linha 5 Norte, em Ijuí, que plantou 18 sacos de trigo em 11 hectares e colheu a miséria de 32 sacos. Nem 2 por 1:

— O trigo nem específico deu. Está na Cooperativa prá resolver o que vão fazer com ele.

Pois o seu Bruno está muito preocupado com a situação. Homem que sempre cumpria os compromissos, não sabe como fazer agora. Ele conta:

— Desde a safra de soja não dá mais. Os compromissos estão tudo atrasado.

De dívida ele calcula ter uns Cr\$ 50 mil na Cooperativa. O que vem salvando a situação, não só dele como de muitos outros produtores, é o leite, que ele tira uns 15 litros por dia. É um dinheirinho pingado mas que defende as despesas.

E O ESTUDO DOS FILHOS?

Dívidas maiores tem

o seu Augusto Libardoni, que mora em Santa Teresa, no município de Catuípe. Prá plantar a soja e o trigo em seus 55 hectares, e mais um trecho de 15 hectares na saída de Itaí, ele assumiu uma dívida de Cr\$ 300 mil de máquina no Banco do Brasil. E tem ido mal nas lavouras até não poder mais. Na soja, colheu 500 sacos com 80 de planta numa área total de 60 hectares. Pela seca que deu até que foi bem. No trigo, então, foi brabo mesmo: 120 sacos de planta para tirar só 300. Ele conta:

— Foi mal mesmo. Parte da colheita só prá farelo.

E como fazer, como o seu Augusto, que tem três filhos estudando, um até na faculdade? Dinheiro de trigo não sobra nada. Assim como não sobrou da soja:

— Prá uma situação assim, só diversificando. Planto milho e feijão para o gasto. A sorte é as vacas de leite, que me dão uns 30 litros por dia que ajudam no estudo dos rapazes.

COMO VIVER?

Menos mal de colhei-

ta foi o seu Albino Drews, da Linha 30 em Ajuricaba. De 20 sacos de planta, faltaram 20 quilos para dar 120 sacos, alcançando quase a média de 6 por 1. Fazem 9 anos que ele planta trigo e só deu prá se safar no primeiro, quando colheu uma média de 22 por 1. Dali prá frente, só foi piorando:

— Mas prá mim tinha um ano pior que este. Aquele de 74 foi brabo pró trigo.

E como viver até a próxima safra? Os compromissos do seu Albino são praticamente apenas

com cooperativas: tem o financiamento do trigo (que o Proagro cobre), uma vaca de leite, a luz elétrica:

— Lembrando bem, tem ainda os dois créditos de emergência da soja, o do ano passado e o deste.

No final das contas dá uns Cr\$ 150 mil. A sorte é que o trator e o maquinário todo já estão pagos. E sorte maior ainda é ter as vaquinhas de leite que vão ajudando a manter os gastos da família e permitindo comprar a comida que não é produzida na propriedade.

E quem se arrisca mais uma vez no trigo? Pois o seu Albino diz que tudo vai depender da soja e do financiamento que os bancos derem pró trigo. Se frustrar a soja, o agricultor se obriga a plantar, porque é o dinheirinho do custeio do trigo que vai permitir que ele vá vivendo:

— E 90 por cento faz isto. Roubar não adianta prá continuar a viver, porque nem tem de quem roubar.



Bruno: preocupado com os compromissos



Augusto: o leite defende



Albino: roubar de quem?

UM FIM PARA OS RESTOS

O que fazer com as embalagens vazias de defensivos?



De tanto ouvir falar, todo agricultor está sabendo que as embalagens de defensivos não podem ser aproveitadas para nada depois de esvaziadas. Mesmo sendo bonitas, coloridas e vistosas elas sempre ficam com um pouquinho de produto no fundo ou grudado nas suas paredes. Nem lavando bem as ditas se consegue eliminar os resíduos de veneno. Isso que até um tempo atrás era comum de se ver alguém querendo aproveitar as embalagens para guardar alguma coisa, até mesmo coisa de cozinha, ou levar água como se fosse cantil nas lidas da lavoura. Depois dava aquela dor de barriga e de cabeça, ânsia de vômito e tontura, coisa típica de quem comeu algo estragado. Nem estragado estava: era veneno puro mesmo, apesar de se pensar ter lavado direitinho a embalagem.

Bom, se isto já não acontece tanto, há uma coisa ainda a preocupar, muitas vezes o agricultor joga em qualquer canto os restos de defensivos, com embalagem e tudo, ao invés de dar um fim definitivo a eles. Isto quando não fazem o pior: atiram nos açudes e cursos d'água. De tão simples que é o negócio muita gente não dá importância para o assunto.

NADA ESTORVA

O seu José Raimundo Martini, do Parador, em Ijuí, é um exemplo. Ele deixa na lavoura mesmo todas as embalagens:

— Depois de usar os venenos eu deixo lá na roça até desaparecer. A gente vai de atrás com a grade e já vai enterrando na própria lavoura.

Ele ouviu falar da história de que os técnicos recomendam enterrar ou queimar as embalagens. Mas pergunta: "queimar aonde, se não tem lugar"? Oras seu Martini, lugar se encontra fácil, fácil, como fala outro agricultor, o seu Irmund Balduíno Thomas, de Barreiro, que arremata:

— A gente não tira é tempo para queimar ou enterrar estas coisas.

Irmund conta que joga no mato as embalagens, "onde nada estorva nem nada pega". Já os vasilhames onde vem veneno de lagarta ele leva para perto de casa e deixa amontoado

num canto:

— Deixo lá sem usar prá nada, que não dá prá ocupar que é veneno dos brabos.

OS RI-QUI-FI-FI

Mas o que é melhor, queimar ou enterrar as embalagens? Nem os agrônomos e técnicos se entendem muito neste negócio. Tem gente até dizendo que o melhor é não usar estas coisas para não se preocupar até com o fim que deve ser dado às embalagens. É coisa mesmo: os venenos, tanto aqueles que combatem as ervas como aqueles que são usados para tentar acabar com as pragas e as doenças, já são cheios de ri-qui-fi-fi na hora de aplicar. E continuam a incomodar na hora de encontrar um lugar para deixar os restos.

Tem o João Klohn, agrônomo da unidade de Ijuí, que conta bem como é este negócio. Deixando as embalagens jogadas em qualquer canto se está correndo um risco seriíssimo de contaminação do meio ambiente. Vem o vento e a chuva que espalham os restos pelas lavouras, carregam para os cursos de água e envenenam aos poucos tudo o que está por volta. Deixar assim, ao tempo, é um crime contra a natureza.

O melhor é adotar duas práticas: queimar ou enterrar os restos com as embalagens. A queima é bastante eficiente nos casos de embalagem de papelão mas também tem lá seus inconvenientes: o fogo vai liberar gases venenosos, pesteando assim o ar. Além disso não é muito recomendado nos casos de embalagens de plástico, que é um produto desgraçado porque nunca se desmancha. Mesmo quando o plástico é queimado, as suas partículas ficam espalhadas pelo ar, apesar da gente não enxergar isto a olho nu. Hoje em dia muito produto vem em embalagem de plástico porque sai muito mais barato para as firmas do que as latas, por exemplo, onde vêm acondicionados os produtos líquidos. Então, se dá de todos agricultores, no mundo inteiro, queimar os plásticos vai ser um "Deus nos acuda".

OS CUIDADOS

Enterrar, para alguns, é melhor solução. Mas também tem que esco-



Irmund: não se tira é tempo



José: queimar aonde?



João: o problema é o plástico



Hélio: escolher um lugar pedregoso

lher direitinho o lugar, pois os venenos, mesmo em pequenas quantidades, são tão fortes que até embaixo da terra continuam agindo e se deslocando por lá. É preciso cuidado, então, para não cavar um buraco perto de poço, sanga, vertente ou riacho que seja, porque a água pode ser contaminada pelos defensivos que não perdem sua toxidez.

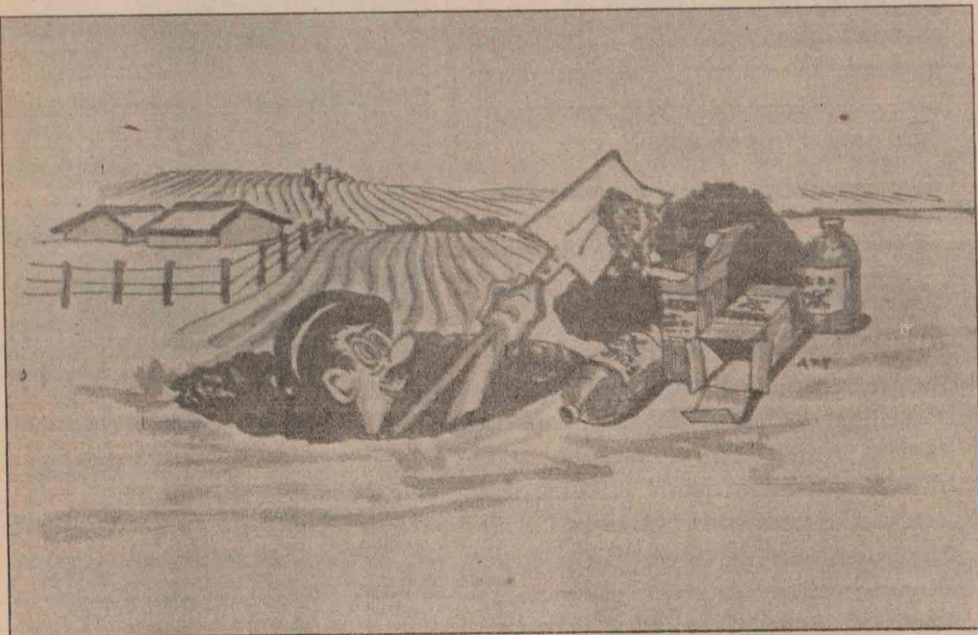
Outro agrônomo, o Hélio Polhmann, sugere que se escolha um lugar pedregoso, longe de fontes de água, cavando um buraco assim de uns 80 centímetros de profundidade. Menos do que 50 centímetros não serve, porque a camada de terra fértil alcança muitas vezes um pouco menos do que isto de profundidade. Muito mais do que 80 também não é recomendado, pois podem existir os chamados lençóis freáticos, que são um curso de água que ficam embai-

xo da terra, e que podem ser contaminados pelos defensivos. Fazendo este "cemitério" de embalagens numa área pedregosa também se consegue evitar um pouco o deslocamento dos venenos, porque as pedras agem igual como um filtro que preserva a terra de sua ação.

Outra coisa que o Hélio lembra é que os agricultores podem destinar uma área, pequena que seja, para depositar estas embalagens:

— É algo assim como as donas de casa que fazem um buraco para botar o lixo da cozinha. Depois que o buraco está cheio se tapa com terra, cavando um outro lá por perto.

É preciso cuidar, porém, para que este lugar que foi feito de "cemitério" não seja usado mais tarde como área de lavoura, pois a concentração de resíduos de defensivos deve ser seguramente bastante alta.



Os guris envenenados

Dois piás lá de Soledade estão morrendo. São o Zelair e o Dilson Nazari, de 14 e 15 anos de idade, que desde fevereiro vivem (se isto pode ser chamado de vida) às voltas com remédios e hospitais para tentar impedir que os venenos acabem de vez com o seu corpo. A denúncia é do jornal O Interior, de Carazinho, que conta todo o drama da família Nazari desde que os piás foram ajudar nas lidas da lavoura de um granjeiro e não conseguiram mais se levantar da cama.

Em troca de Cr\$ 40,00 por dia o Dilson e o Zelair, junto com o resto da família, foram capinar a soja do granjeiro Edegar de Toledo, onde tinha sido aplicado um veneno contra a lagarta. Qual veneno ninguém sabe pois o granjeiro trancou o galpão, se recusou a assumir a culpa, e viajou para Goiás.

O Dilson está lá numa cama do hospital Bruno Born de Lajeado, sem falar, se mover, feito um morto vivo. O Zelair está um pouco menos pior: saiu do hospital "prá morrer em casa", como disseram em Soledade, perdendo de todo o gosto pela vida.

O pai dos guris, seu Waldemar, é agregado do sogro, em 4,5 hectares, lá na localidade de Mato Alto, já conhecida na cidade como a "terra dos guris envenenados". O seu Waldemar diz pró pessoal do Interior:

— Deve ter sido um veneno desses proibidos, quem sabe o tal de DDT, pois o Edgar Toledo tinha cinco qualidades de veneno estocado. Mas ele não deixou ninguém ver qual o veneno certo que ele botou contra a lagarta. Dizem que até andou mostrando um outro veneno mais fraco para os médicos de Soledade para fugir das responsabilidades. Mas eu

ouvi falar que ele antes tinha comprado, por preço de banana, um estoque de veneno proibido de uma firma de Carazinho. Mas isso não se descobre mais. Pobre é como cachorro sem dono. Mas eu vou botar o Edgar na Justiça só porque, por bem, ele não quis me ajudar. Agora, se houver Justiça, ele vai me ajudar pela lei.

Os piás estão tomando uns remédios caros que nem só eles. O Zelair toma cinco remédios diferentes, daqueles fortes e perigosos que o pai só consegue comprar com receita de doutor e apresentando junto a carteira de identidade. É que o veneno afetou tanto os nervos, o cérebro, tudo que foi parte do corpo dos guris, que os médicos explicaram que só tomando estes remédios.

A DEFESA DO GRANJEIRO

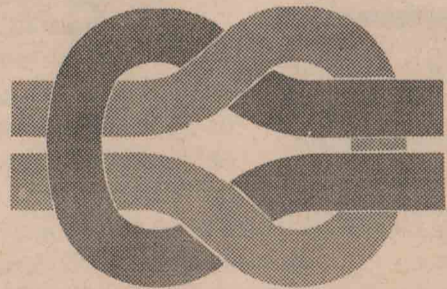
Depois que saiu a denúncia no Jornal O Interior o granjeiro Edegar de Toledo chegou de Goiás e apareceu para dar explicações. Ele se diz um homem que não foge de suas responsabilidades e com absoluta paz na consciência de que fez tudo para amenizar e socorrer os irmãos Nazari.

Ele também diz lamentar muito o ocorrido, contando que não tem muita certeza se os menores foram realmente atacados por veneno em sua granja. Toledo até levanta a suspeita de que isto possa ter ocorrido durante trabalho conduzido, na mesma época, na própria lavoura dos Nazari.

O seu Waldemar não concorda com isto:

— Mas, meu Deus do Céu, enquanto a gente trabalhava lá nas terras estavam passando veneno bem perto de nós, como é que ele podia dizer que não era possível?

Agir juntos é crescer sempre.



COTRIJUI
— A FORÇA DA UNIÃO.

QUEM DEVE DECIDIR?

Por que não se executa o Estatuto da Terra?

Esta foi uma pergunta feita muitas vezes pelos agricultores que estavam participando do Simpósio sobre Estrutura Fundiária no Rio Grande do Sul, promovido pela FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembléia Legislativa do Estado. O simpósio aconteceu nos dias 29 e 30 de novembro no auditório da Assembléia, em Porto Alegre.

Os agricultores chegaram de vários pontos do Estado para contar os problemas de suas regiões e também para escutar dos companheiros a situação do homem do campo nos outros lugares. Mas, primeiro, tiveram de escutar muitas autoridades.

De cara foram surpreendidos com a informação de que teriam que formular as suas perguntas por escrito. Um participante solicitou à mesa licença para que os agricultores pudessem fazer oralmente as perguntas, explicando:

— "Muitos têm dificuldades de colocar no papel as questões. Mas a gente sabe expressar bem o que pensa".

Da mesa, de quem dirigia os trabalhos, veio a resposta:

— "Não é possível. Tem que ser por escrito, porque já foi decidido".

Isso deixou o pessoal meio desassossegado, mas enfim os mais letrados ajudaram os outros, e as dúvidas que estavam na boca de tantos por tanto tempo foram colocadas pra fora.

SÓ PRA COMEÇAR: REFORMA AGRÁRIA

Muito sugestivo estava o nome do simpósio — "Estrutura Fundiária". Mas, no programa, constavam outros assuntos, como: crédito rural, previdência social rural, educação cooperativista...

Somente a manhã da abertura, justamente o período de tempo mais reduzido, foi dedicado ao assunto mais polêmico e palpitante, que era a Reforma Agrária. Zulmiro Ferri, presidente da FETAG, explicou o fato, mais tarde:

— "Atrasou a abertura. Autoridade sempre demora, tem compromissos. Nesse simpósio muita coisa se aprendeu, pois foi o primeiro. Era muito assunto só para dois dias, no próximo ano, serão três dias".

Apesar do pouco tempo, muitas coisas ficaram claras para os presentes. O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) está interessado em colonizar. E colonizar áreas do norte, através de cooperativas. Isso fez com que várias perguntas fossem feitas à Mesa, como esta:

— "Por que existe o INCRA se no momento que se fala em Reforma Agrária, ele joga o problema pra cima das cooperativas?"

MODELO INDEFINIDO

Alcione Irineu Burin, coordenador regional do Instituto no Rio Grande do Sul, que havia colocado a preocupação do governo em atender áreas de tensão social e cobrir os grandes vazios demográficos do país (Amazônia, especialmente), teve um pouco de dificuldade em responder com clareza as perguntas dos agricultores: "Por que o Incra não assume a sua função?", ou ainda "Por que o governo não faz imediatamente uma Reforma Agrária para atender aos anseios do povo?"

Realmente eram respostas difíceis, pois na abertura do simpósio o próprio secretário da agricultura, Baltazar de Bem e Canto, disse que ainda não tinha logrado resposta satisfatória sobre o que fosse Reforma Agrária. Na sua opinião era um "modelo abstrato, indefinido, citado para solucionar questões sociais mundiais". E considerou ainda que o encontro era particularmente importante para "definir a questão".

O senhor secretário considerou ainda "inviável querer tornar todos os agricultores empresários" e, quando analisou o gravíssimo problema do êxodo rural, que está fazendo com que cerca de 180 mil famílias abandonem o campo, buscando novas oportunidades nos centros urbanos, observou:

— "Tudo indica que o remédio para esses males não é a distribuição de terras".

Mais tarde, o seu representante seria ainda mais taxativo, referindo-

se ao mesmo assunto:

— "A estrutura fundiária não pode ser colocada numa questão de vida ou morte".

Foi muito claro quando observou que as prioridades do governo, em termos nacionais, eram as "dívidas externas do Brasil e a mesa dos brasileiros". E aí foi explicado que existem grandes áreas nas mãos de poucos, mas que estas estão produzindo. Portanto, todos sentiram que numa escala de prioridades, a questão da terra estava em terceiro lugar.

Mas nem todos os palestrantes foram da mesma opinião. O professor Edgar Irio Simm, por exemplo, observou que "Reforma Agrária está no Estatuto da Terra e tem definição". E disse mais: "Devemos olhar a terra como fator de produção e não como fator de valorização. A terra tem uma conotação eminentemente social e deve ser assegurada a quem for capaz de fazê-la produzir economicamente e, também, em conseguir usá-la socialmente. Milhares de minifundiários do Rio Grande do Sul já demonstraram que têm capacidade de fazer uso da terra. A agricultura é uma atividade econômica, mas é também uma forma de vida".

CADA UM NA SUA PROFISSÃO

Os primeiros agricultores chamados ao microfone, foram apenas responder umas perguntas, mais ou menos assim: "Por que o senhor é trabalhador assalariado?", "Quanto o senhor ganha e com o que ganha, dá para viver condignamente?"... Algumas respostas saíram curtas e temerosas, porque a maioria daqueles homens estava pela primeira vez ali na Assembléia e não era fácil falar diante de uma porção de autoridades.

Mas aos poucos o pessoal foi ficando mais à vontade e dizendo outras coisas, aquelas que estavam sentindo. Foi assim com o seu João Pizinatto, de Cacique Doble:

— "Não possuo terras, trabalho nas terras do meu pai, que tem 35 hectares. Somos 11 irmãos. Temos 11 hectares de área cultivada. O preço dos insumos é muito elevado e o preço mínimo não é suficiente. Nós plantamos milho e veja o senhor o

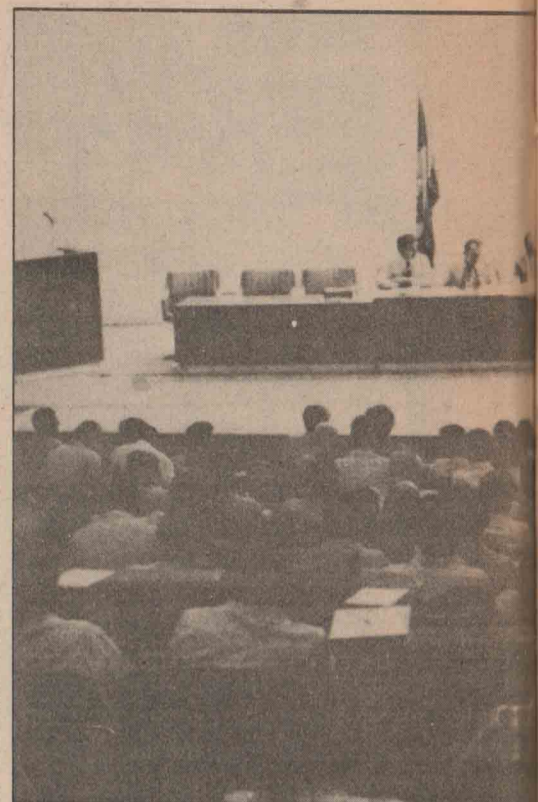


Foto: Genaro Joner (Ponto de Vista)

Veio agricultor de tudo quanto é canto do Estado



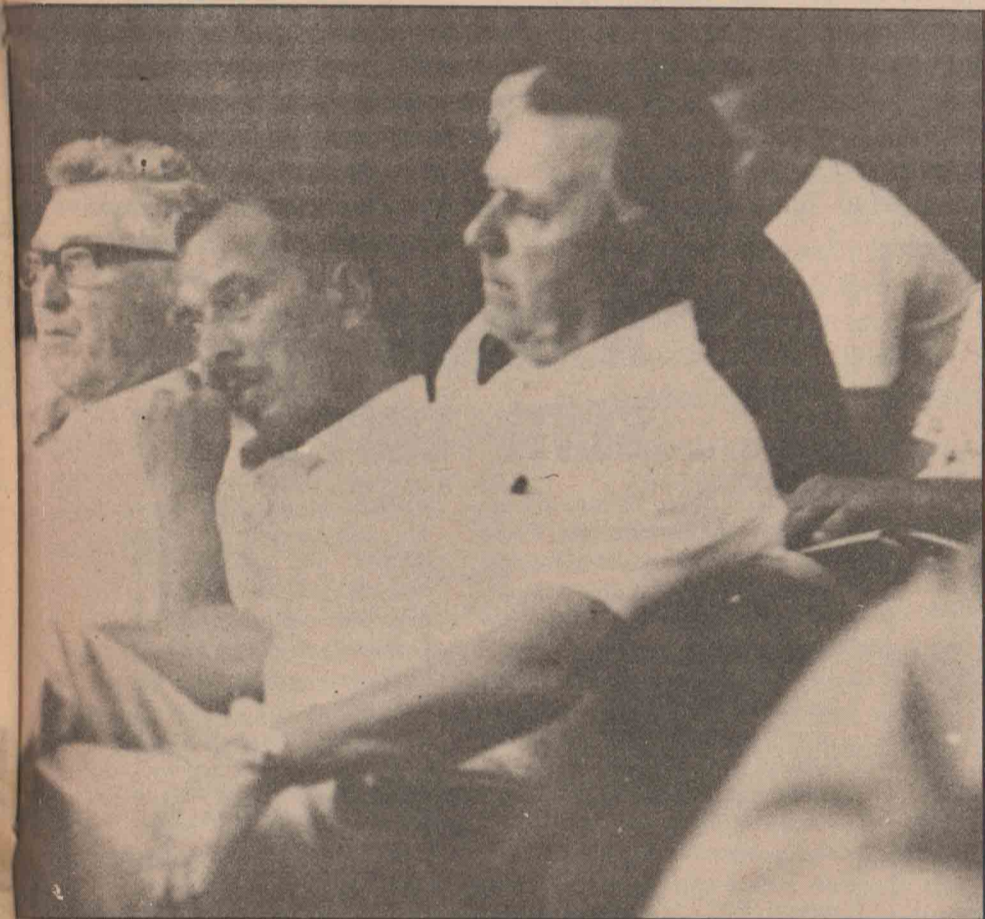
Foto: Genaro Joner (Ponto de Vista)

... mais interessados em discutir o problema ter

preço da farinha de milho. Quem pode comprar? O governo deve se sensibilizar e estimular o plantio do milho. O senhor da Emater (referindo-se a Lino Hamann, presidente da Emater no Rio Grande do Sul) falou muito bonito, mas isso tem que chegar até o agricultor. Não adianta estar aqui falando e não chegar até a casa do agricultor, lá na minha terra. E lá tem outro problema sério. O agricultor, o pequeno agricultor pelo menos, acaba vendendo a terra para os médicos, dentistas, que tem dinheiro pra comprar. E ganharam dinheiro em cima dos agricultores. Isso não tá certo. Cada um tem que estar na sua profissão. Médico e dentista não precisam ser agricultores".

Alexandre Odia, que é de Bento Gonçalves, também tinha o que dizer para os outros:

— "As empresas vinícolas tive-



lo que qualquer outra coisa.

ram lucros de mais de mil por cento e nós, muito menos. Eles compram as terras e oferecem empregos nas firmas. Mas aí a gente vê que o salário não dá e acaba voltando a trabalhar na terra, como arrendatário. É isso o que acontece lá em Bento”.

UNS VOCÁBULOS DIFÍCEIS

Seu José Oliveira Marques veio de Sertão. Ele planta em doze hectares e meio, principalmente milho. E contou em público:

— “Na última safra fiz Cr\$ 44 mil, mas gastei Cr\$ 25 mil com custeio. Eu tive de vender a minha junta de bois prá pagar o empréstimo. O senhor vê, no Banco do Brasil, o pequeno produtor sempre é o último a ser atendido”.

Na verdade, a grande preocupação do seu José era outra:

— “A quarta série não é suficiente pra nós, não atende. Eu não sei como é isso. O quadro de professores não tem condições. É uma vergonha, confesso, mas eu fui professor e só tinha o primário. Um amigo me disse “eu sou do Conselho Fiscal” e aí eu perguntei como estava a cooperativa. Ele me disse que não entendia nada do que tinha que fiscalizar. É assim. Por isso eu nem sou da cooperativa. Os senhores falaram bem, mas teve uns vocábulos aí que eu não entendi. Nós precisamos ser capazes de entender nossos problemas. Ser capazes de dirigir a cooperativa, administrar as nossas coisas”.

A grande discussão, na primeira parte do simpósio, foi sobre a necessidade ou não do se buscar terra fora do Estado para os agricultores sem

terra. Simm afirmou que “o grosso das alternativas está fora do Estado” e que se deve aproveitar as chances de colonização.

Mas, após os debates, estava entendido que o problema era mais político do que técnico, pois foi mostrado que, tecnicamente, havia condições de se redistribuir as terras no Estado. O difícil era se conseguir uma decisão política.

Os técnicos do INCRA apresentaram um mapa do Rio Grande do Sul, onde apareciam as micro-regiões do maior percentual de latifúndio: Campanha — 19 por cento; Cruz Alta — 22,6 por cento e Missões, com 12 por cento. E os próprios técnicos observaram que existem grandes imóveis rurais no Estado, representando um percentual elevado das áreas agricultáveis.

Foi encaminhado à Mesa uma reivindicação do Movimento dos Agricultores Sem-Terra de Arroio do Tigre, que falava da situação angustiante de mais de 1.500 pessoas, solicitando a imediata desapropriação e redistribuição dos latifúndios inexplorados do Estado e o estabelecimento imediato do Crédito Fundiário.

A grande preocupação na questão da colonização, é que o problema daqui seja simplesmente transferido para fora, pois como se sabe o problema da terra, nos demais Estados brasileiros, também já é bastante grave.

TRIBUTAÇÃO RESOLVE?

Foi colocado pelo pessoal do INCRA que os novos cálculos do ITR (Imposto Territorial Rural) de certa maneira estariam obrigando os proprietários de grandes áreas desocupadas a vendê-las ou torná-las produtivas. E logo veio a pergunta:

— “Será que a mudança na tributação vai resolver, quando se sabe que a maior parte das grandes propriedades são cadastradas como empresas rurais?”

Mas os técnicos garantiram que a fiscalização desta vez será realmente muito eficiente.

Alguns agricultores não acreditam muito nesse tipo de medidas. O seu Geloci Soares da Silva, de Crissiumal, considerou mais tarde que “porque o Brasil está numa fase de transição política, então o nosso agricultor também acha que o momento é de decisão. Nós ficamos num compasso de espera de 10 anos. Por que o trabalhador rural também não pode exigir as coisas?”

E o seu Geloci estava brabo, quando falou no microfone:

— “Se tanto se falou, se pediu, se fez e nada resolveu, o que falta? Querem que usemos a força? Isso nós não vamos fazer, por que somos ho-

mens pacíficos, pacientes e trabalhadores. Mas vocês que resolvam, porque podem resolver. Falta boa vontade”.

UM PEQUENO AUXÍLIO

Quando se chegou no assunto Previdência Social, todo mundo queria falar e contar como era o atendimento na sua região.

“Pode um homem, pai de dois ou três filhos, viver com meio salário mínimo? Isso não se chama aposentadoria, mas um pequeno auxílio. Por que é dado esse tratamento ao homem do campo? Isso é uma humilhação. Temos 20 horas por semana para adoecer. Se quiserem fazer alguma coisa, façam agora, porque depois, não sei não,” — foi o que falou o seu Vitório Marcon, de Igrejinha.

O próprio Delegado Regional do Trabalho, Celito de Grandi, citou a Declaração dos Direitos Humanos e disse que era necessário resolver imediatamente as diferenças existentes entre a assistência ao trabalhador urbano e o rural. Os representantes do INAMPS também observaram que “a nominata de benefícios, tal como está, não pode continuar, deve ser alterada”. E comunicaram aos presentes que já havia sido entregue ao ministro Jair Soares um estudo de reformulação da previdência social rural.

O Alexandre, de Bento, tinha outra coisa para dizer sobre previdência:

— “Os Sindicatos estão sendo desviados dos seus objetivos para dar assistência médica. O que o Funrural e o INAMPS deveriam fazer, o Sindicato tem que fazer. E assim não pode se preocupar com o agricultor, educação, estudar melhores preços, que é o que tem que fazer”.

Vindo de Miraguaí, onde já houve muita movimentação em torno desse assunto, o seu Aldomiro Antônio da Silva, salientou que “os agricultores têm que se unir para evitar esses maus atendimentos”.

POLUIÇÃO E MARGINALIZAÇÃO

Os agricultores estavam também muito preocupados com o êxodo rural. Alguns depoimentos demonstraram isso, quando perguntavam, principalmente aos representantes do INCRA, o que pensavam fazer para resolver a situação de milhares de jovens rurais sem perspectivas de trabalho em seu próprio meio.

O Simm colocou que “os fluxos migratórios são um problema muito mais sócio-econômico do que rural, porque os setores secundário (indústria) e terciário (comércio) não têm conseguido criar formas para absorver esta mão-de-obra”. E os agricultores sabem bem que as famílias que

Estrutura Fundiária

vem do campo para a cidade dificilmente se integram ao meio urbano. Quase sempre permanecem marginalizadas.

A poluição apareceu em algumas colocações. Quando perguntaram a um agricultor se ele achava que o Banco do Brasil não deveria financiar a lavoura de trigo, ele respondeu:

— "Sou contra o custeio de lavoura para o trigo. Por causa disso o endividamento da gente cresceu. E depois, parte do financiamento é desviado pra outras coisas. A gente acabou lavrando os poteiros, a mandioca, o canavial, pra aumentar as lavouras. Ajudei a destruir a natureza, aplicando às vezes venenos desnecessários".

O Alexandre, de Bento, também observou que "o agricultor é taxado de poluidor porque usa produtos já condenados em outros países. Esses produtos deveriam ser proibidos aqui".

BANCO NAS COOPERATIVAS

— Por que é mais fácil conseguir crédito para comprar um automóvel



Geloci, de Crissiumal

do que uma junta de bois? — perguntou seu Schneider, de Lajeado, ao seu Iraci Guerreiro, representante do Banco Central.

Pergunta assim é difícil de responder. E os agricultores insistiram sobre o Crédito Fundiário e sobre um sistema bancário dentro das próprias cooperativas, que atualmente se limitam apenas a repassar dinheiro.

O presidente da Cotrijuí, Ruben Ilgenfritz da Silva, contou que essa é uma luta antiga das cooperativas e alguns agricultores ficaram realmente surpresos em saber que existe tanta



José, de Sertão

dificuldade para uma coisa que lhes parece tão simples do Governo fazer.

Na reivindicação dos agricultores sem terra de Arroio do Tigre, constava: "Outro fato que lamentamos e denunciemos aos nossos companheiros e às autoridades é a política de concentração cada vez maior da posse da terra nas mãos de poucos. Atualmente tornou-se praticamente impossível ao filho do agricultor sonhar com a compra de um pedacinho de terra..... a falta de crédito oficial para a compra de terra (crédito fundiário), a par da

pressão dos latifundiários e empresas rurais, alijaram o pequeno agricultor da luta pelo acesso à terra".

E AS COOPERATIVAS?

Na tarde do segundo dia do simpósio, foi a vez de se falar em cooperativismo. Representando a OCERGS (Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul) o presidente da Cotrijuí explicou a dificuldade das cooperativas em enfrentarem um mercado difícil e concorrido. Isso faz, muitas vezes, com que cresçam muito. E o Ruben salientou:

"O grande crescimento das cooperativas, de certo modo, foi responsável pelo afastamento do produtor. Passou a não atender mais suas necessidades mais imediatas". E ele colocou uma das grandes questões do momento:

— "O que será melhor? Uma pequena cooperativa que atende 600 ou mais produtores ou uma grande cooperativa, como é o caso da nossa (Cotrijuí) com 18 mil associados?"

O vice-presidente da OCERGS colocou ainda que "cooperativismo e

**A Shell Química
lança produto extremamente
eficaz contra as pragas
da soja e do trigo.**

Alacran
A mais poderosa
formulação
contra as pragas
40

Novo solvente facilita misturas

Alacran 40 é formulado especialmente para as culturas da soja e do trigo, com ingredientes cuidadosamente desenvolvidos para produzir a mais versátil das formulações em termos de compatibilidade

com outros defensivos. Alacran 40 extermina lagartas e percevejos da soja e pulgões do trigo, eliminando as pragas por contato, ingestão e também por ação sistêmica.

Tabela de aplicação

Culturas	Pragas	Dosagens ml por hectare	Observações
Soja	Lagarta da soja (<i>Anticarsia gemmatilis</i>), Lagarta do linho (<i>PPlusia spp.</i>) Percevejo da soja (<i>Nezara viridula</i>), Percevejo verde pequeno (<i>Piezodorus guildini</i>)	300 — 375	Aplicar de modo a proporcionar uma cobertura uniforme.
	Mosca branca (<i>Bemisia tabaci</i>)	750	Repetir se necessário.
	Trigo	Pulgão da espiga (<i>Macrosiphum avenae</i>), Pulgões da folha (<i>Acyrtosiphum disthodum</i>), <i>Rhopalosiphum padi</i> , <i>Schizaphis graminis</i>)	375



Para maiores informações consulte seu agrônomo, o de sua cooperativa ou diretamente a Shell Química.

Em frasco de 1 litro e em balde de 20 litros



Shell Química

Técnica e pesquisa a serviço de um mundo melhor



Para obter maiores lucros com soja e trigo use Alacran 40 de acordo com a técnica de aplicação que mais lhe convier; Alacran 40 é versátil até nisto. Garantia Shell Química.

A união dos sem-terra

Até pouco tempo, os grandes proprietários achavam ótimo negócio arrendar suas terras para os que não tinham terra e desejavam plantar. Ganhavam com isso bom dinheiro.

De muitas regiões saíram agricultores buscando as terras produtivas de Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Borja, Santiago e outras mais. Passaram a plantar arroz, trigo, soja e sorgo, principalmente.

Mas com o preço do boi aumentando, atualmente os donos das terras não pensam mais que arrendamento seja o melhor negócio. Preferem criar gado. E os contratos vencidos não estão sendo renovados.

E como fica aquela gente que comprou máquinas, implementos, enfim, que servindo-se de um crédito fácil, investiu na agricultura em cima da terra alheia?

Pois o seu Rainer Bruno Felzke, presidente da União dos Agricultores Sem-Terra de São Borja, está nesta situação. Juntamente com mais 116 agricultores de São Borja, formaram a União dos Sem-Terra para ter mais força junto às autoridades. Juntos, eles possuem 135 tratores parados, que poderiam cultivar (média de 1,5 hectare por Hp) uma área de 13.027,50 hectares.

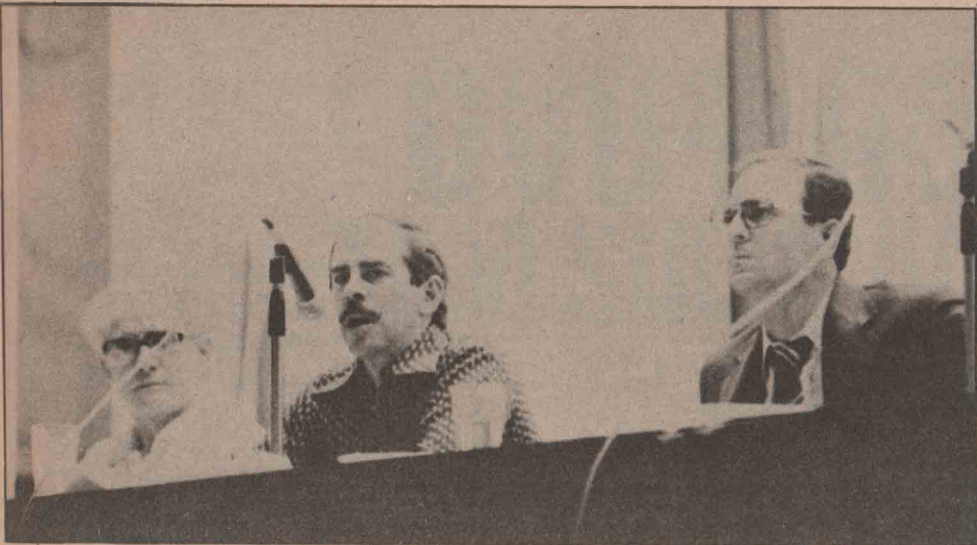
Em documento enviado ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, solicitam que ele interceda junto ao Ministério do

Exército para que sejam cedidas em plano-piloto de Reforma Agrária, em arrendamento ou parceria rural (em caráter prioritário aos sem-terra), as áreas da extinta Coudelaria Nacional, que fica no município de São Borja.

No Artigo 2º dos Estatutos dos Sem-Terra de São Borja, estão descritos os objetivos essenciais da entidade: lutar pela aplicação plena dos termos do Estatuto da Terra; reivindicar acesso à terra, tendo em conta ter a propriedade função social; pleitear recursos financeiros para arrendamento ou compra de imóveis rurais, e organizar núcleos produtivos diversificados, em frações economicamente rentáveis, no território nacional, preferencialmente em São Borja ou no Rio Grande do Sul.



Rainer: a união para a terra



Na mesa aparecem Argemiro Brum, Ruben Ilgenfritz da Silva e Zulmiro Ferri.

sindicalismo tem que andar de mãos dadas. O sindicato deve atuar politicamente. As grandes teses políticas tem que ser dos sindicatos. A cooperativa atua, vive um mundo econômico e para sobreviver, tem que atuar de acordo com esse mundo”.

SOCIEDADE SUBVERSIVA

Severino Verza, professor do Instituto de Educação Permanente da FIDENE (Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado) falou sobre o papel da educação na cooperativa:

— “Um quadro social desorganizado, não decide nada. Um setor de educação, na cooperativa, é a única forma de se organizar. E é preciso reorganizar as cooperativas, sendo que os seus associados efetivamente passem a dirigi-las. É preciso que exista democracia interna”.

“Na democracia o povo escolhe um mandatário e não delega poderes. Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido. Esse poder que pertence ao povo é intransferível. É exclusivamente seu”.

Foi assim que o professor Argemiro Jacob Brum, da Fidene, começou a sua colocação. E disse mais:

— “O Brasil tem quase 500 anos de existência legal. A característica básica aí é a dependência. Fomos e somos uma sociedade estruturada em função de outras nações. A sociedade vive ainda tutelada. Os brasileiros são ainda considerados “de menores”, que não sabem decidir o que querem”.

Argemiro falou nos 6 milhões de bóias-frias que existem no Brasil, sendo que “somos o país que tem a maior área de terra cultivável do mundo. Dez milhões de famílias (metade da população brasileira) vivem à margem da sociedade”. E por isso, segundo o professor, somos uma sociedade subversiva:

— “Esta é uma tremenda subversão da ordem. Onde não existe justiça para todos, não pode existir ordem”.

Argemiro insistiu que “o detentor do poder, na democracia, é o povo. Temos que fazer valer este poder.

A nossa sociedade dependente, altamente endividada e pedinte, deve ser reestruturada”.

Com relação a Reforma Agrária, salientou:

— “É uma questão essencial, fundamental. Foi dito que estaria em terceiro lugar, entre as alternativas, por falta de recursos. Recursos existem. São os agricultores que têm mais condições de decidir. Foram consultados? Os centros de decisão estão fora do alcance do agricultor. A dívida do Brasil foi feita pela indústria. E a agricultura tem que pagar. É preciso redefinir, repensar a política agrícola nacional. O povo tem que participar ativamente das decisões, porque têm capacidade. É colonialismo não acreditar na gente”.

MANIFESTO: BASTA DE LEIS ABSURDAS

Ao final do simpósio foi lido um manifesto, assinado por mais de cem agricultores presentes:

“Os Trabalhadores Rurais do Estado do Rio Grande do Sul, aqui devidamente representados pelas suas lideranças sindicais, cansados de não serem ouvidos, nem pelo Governo e nem pelo Congresso Nacional, na formulação de leis e decretos que tratam de seus interesses e verificando o agravamento cada vez maior da sua situação tanto social como econômica, motivada por uma legislação cruel e desumana, EXIGEM que sejam ouvidos e tenham assento nas decisões que dizem ou legissem a respeito dos seus interesses.

EXIGEM outrossim que todas as leis que versam sobre Enquadramento Sindical, Previdência Social Rural, Reforma Agrária, Preços Mínimos, Comercialização, Legislação Cooperativista, recebam antes de serem decretadas as sugestões da classe através da participação de delegados indicados pela base.

Basta de leis absurdas que vem de cima para baixo.

Queremos ser ouvidos, queremos ter participação decisiva na elaboração das leis que devem beneficiar os agricultores. Porto Alegre, 30 de novembro de 1979”.

Um caso escabroso

PROTESTO DO MOVIMENTO SINDICAL DE TRABALHADORES RURAIS CONTRA A ALIENAÇÃO DE TERRAS NA AMAZÔNIA

Reunidos em Curitiba nos dias 15, 16, 17 e 18, para análise de questões agrárias, agrícolas e sindicais, as Federações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Região Centro Sul do País, sob a coordenação da CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — detiveram-se ante um caso escabroso: a autorização, pelo Senado Federal, da alienação de quatrocentos mil hectares de terras na Amazônia para uma única empresa, a Construtora Andrade-Gutierrez, para fins de colonização. Tal autorização se deu graças a participação majoritária dos senadores biônicos da Arena, descomprometidos com o voto popular, enquanto a oposição se retirou, em protesto.

Ante este fato lamentável, que nos atinge profundamente, nós, representantes dos trabalhadores rurais, expressamos nossa indignação contra mais esta violência contrária ao espírito do Estatuto da Terra, de novembro de 1964. Tal fato lamentável só nos aumenta a convicção de que há um comportamento internacional anti-trabalhadores rurais em áreas parlamentares e do Governo, em favor de grandes tubarões e muitas vezes interesses particulares que agridem o povo brasileiro.

Não podemos ficar calados e nem aceitar pacificamente esta agressão.

Queremos lembrar ao Governo e aos parlamentares que nos atingiram e que nos indignam, que o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília de 21 a 25 de maio passado, do qual participaram os Ministros Murilo Macedo, Jair Soares e Delfim Netto, fixou linhas claras do nosso pensamento. Uma dessas principais resoluções foi a de que somos totalmente contrários a colonização por empresas particulares, porque seus interesses não coincidem com os interesses e os direitos de uma população de aproximadamente cinquenta milhões de pessoas que trabalham no campo; ao contrário, são interesses que se chocam com os nossos DIREITOS que são pisados. E a luta fundamental definida no 3º Congresso foi pela fixação do homem à terra através de uma Reforma Agrária ampla, massiva e imediata e com a participação dos trabalhadores Rurais.

Já há pouca terra disponível — o que se pode constatar pela forte migração de companheiros nossos para países vizinhos. E em lugares onde há trabalhadores rurais assentados, o Governo faz reservas florestais, barragens enormes, toma outras medidas que nos atingem profundamente, sem consultar os trabalhadores rurais. E onde há terra porventura disponível, esta terra deveria ser reservada para o pequeno lavrador, o único produtor real não interessado em especulação e dominação, que é o verdadeiro provedor dos alimentos de que vive a nação. Mas ao invés de legitimar a posse de quem está nestas terras, onde se assentaram com tanta dificuldade e não raro com a perda de familiares, o Governo concede estas terras às grandes empresas, que nem rurais são, expulsando posteriormente as famílias.

No caso da Andrade-Gutierrez, ao que nos consta, o interesse não é a produção agrícola mas sim a mineração de ouro, que seria em grande quantidade na região, e de madeira.

Ante este fato lamentável, em que se envolve o Congresso Nacional, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais vem a público expressar o seu protesto. Protesto contra a votação do Senado, que a exemplo do caso Jari e outros, abre caminho mais uma vez para a expulsão de famílias de lavradores, que abre caminho para a especulação da terra, para concentração do poder. Não será desta forma que se consolidará a democracia em nosso País.

Exigimos que esta decisão lamentável seja revista e que outros fatos de igual gravidade não tornem a acontecer. E proclamamos claramente: Não precisamos de empresas multinacionais e nacionais no campo. A nação não precisa delas.

Da mesma forma, expressamos nosso repúdio aos parlamentares que garantiram esta manobra, que não atinge apenas a nós mas também aos legítimos interesses nacionais. A estes parlamentares queremos avisar que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais está vigilante e levará seus nomes ao conhecimento de nossos companheiros, no devido tempo.

Curitiba, 18 de novembro de 1979.

(O documento está assinado pela CONTAG, pela Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro e mais Sindicatos de Trabalhadores Rurais que participaram do Encontro).

O SABER DO POVO

"Os baile era branco e preto tudo junto. Era uma mistura. No início tinha gaita de oito baxo. Depois tinha pianada e tudo que gaita. Tinha muito gaitero. Também tinha violão, rebeca e pandeiro. O pandeiro veio só mais tarde.

O sol sumia, o baile começava. O sol apontava, o baile terminava"

Foi o que contou o seu Olavo Feliz Correia, de Desimigrados (Tenente Portela) e que tem 102 anos. Descrições como esta foram coletadas pelos professores rurais que participaram do curso de Cultura Popular para a Educação, promovido pela Fidene (Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado) através de convênio feito com a Cotrijuí.

O material coletado era depois reescrito e aproveitado nas escolas, para que os alunos aprendessem a história da própria localidade e trabalhassem com assuntos do meio em que vivem.

NO 2º ENCONTRO: AVALIAÇÃO

No 2º Encontro de Secretários Municipais de Educação, Comunicadores da Cotrijuí e Grupo de Assessoria aos Professores Rurais da Fidene, realizado dia 5 de dezembro em Ijuí, foi feita uma avaliação dos trabalhos que estão sendo realizados com os professores rurais.

O professor Mário Osório Marques, da Coordenadoria da Educação Regional da Fidene, diz que "cada pessoa sabe das suas coisas, da sua vida" e, em função disso, educar "não é substituir conhecimentos, mas criar oportunidades para que a pessoa possa expressar o que sabe e crescer".

Citando o trabalho de extensão que faz a Fidene, o professor observou que o objetivo "é ajudar a Região a criar espaço para que possa identificar e solucionar os seus problemas". Com relação ao Projeto de Assessoria aos Professores Rurais, ele salienta que o mais importante "é dar oportunidades para que os professores se reúnam e discutam entre eles os problemas. Não interessa tanto o que aprenderam, mas sim o tipo de relacionamento que os professores terão, como se posicionarão depois, entre eles mesmos".

A professora Ruth Marilda Fricke Matte, coordenadora do Grupo de Assessoria, contou também que em todos os cursos promovidos, "sempre o professor foi

É mais fácil aprender com os outros. Um convênio entre Cotrijuí e Fidene ajuda os professores rurais a se reunirem e discutirem seus problemas. Isso é importante, pois eles educam os futuros associados da Cooperativa.



O pessoal fez uma reunião para avaliar o trabalho desenvolvido este ano.

orientado no sentido de produzir seu material".

LIVROS DE GABINETE

"Os livros didáticos que a gente recebe, são feitos em gabinetes. Quem faz, nunca vai para o campo, nunca sente a realidade. A solução é partir para o campo e estudar. O que não posso admitir é que os órgãos governamentais façam livros e nos atirem em cima", diz o Leopoldo Stankowski, chefe do Órgão Municipal de Educação de Coronel Bicaco.

Falando sobre as classes unidocentes (classes em que um professor leciona mais de uma série ao mesmo tempo), a professora Ruth observou que "era um fenômeno nacional considerado em extinção e por isso foi marginalizado dentro do sistema educacional. Portanto, não havia preocupação com material e nem orientação específica". Na realidade, diz a Ruth, "não é um fenômeno em extinção, pelo contrário. O próprio êxodo rural é uma das causas. As classes vão diminuindo em número de alunos e não é possível manter mais de um professor".

Em razão disso, no ano passado foi desenvolvido um curso sobre Metodologia para Classe Unidocente, onde os professores discutiram as melhores maneiras de trabalhar com os alunos.

"É difícil quando existe uma insegurança didática, quando o professor não tem onde se apoiar", observou a Inez Locatelli Ruschel, Supervisora do Órgão Municipal de Educação de Tenente Portela. Inez também colocou que muitas

vezes os professores que vão trabalhar no meio rural, foram preparados dentro de uma realidade urbana e isso dificulta muito a sua atividade.

FIXAR O HOMEM NO CAMPO

"Se houver possibilidade de se discutir a realidade rural, no meio rural, isso contribuirá para que o homem se fixe aí. Se ele discute e aprende coisas da cidade, não vai conseguir se relacionar".

Mas o Rosalino Corrêa de Siqueira, da Secretaria de Educação de Ajuricaba, acha ainda que "os governantes dos municípios deveriam dar melhores condições aos povoados e vilas do interior, como luz e água. Assim também ajudaria a fixar o homem no interior. Só o nosso trabalho não resolve".

Algumas experiências foram realmente muito interessantes, como considerou o professor Cláudio Garcia, do Grupo de Assessoria. Referindo-se ao Curso de Cultura Popular, observou:

"Nós aprendemos muita coisa, acabamos também criando junto com o pessoal". Até dramatizações foram feitas, criadas pelos próprios professores rurais.

Tudo isso serve para enriquecer o material utilizado em sala de aula, tornando-o também muito mais importante para o aluno. É uma forma dele valorizar o meio em que vive.

Em alguns municípios os professores decidiram escrever os seus livros didáticos em conjunto.

Por exemplo, nos conteúdos Sociais, para as primeiras às tercei-

ras séries, são propostos temas bem conhecidos das crianças. Escolhendo a palavra agricultura para trabalhar, o professor levanta questões, a partir das atividades básicas dos homens: Valor da terra; medidas da terra; qual o uso que faz da terra; quem é dono da terra; quem recebe rendimentos desta terra, etc . . .

Na alfabetização, também alguns conceitos foram revistos. Segundo a professora Liane Rick "não existem técnicas milagrosas. Mas alfabetização não é só ler e escrever. É conhecer o significado amplo das palavras". E no meio rural é muito necessário que a criança associe o que ela vive com o que ela fala, lê e escreve.

MUNICÍPIOS ATENDIDOS

O convênio Cotrijuí-Fidene abrange os municípios de Tenente Portela, Miraguaí, Coronel Bicaco, Santo Augusto, Chiapetta, Ajuricaba e Augusto Pestana. Iniciado em 1977, o Projeto de Assessoria aos Professores Rurais pretende dar maior atendimento aos professores do meio rural, que são responsáveis pelo único tipo de ensino a que tem acesso a grande maioria da população dedicada à produção agrícola. São 418 professores que atendem perto de dez mil alunos e quase metade desses professores não têm o primeiro grau completo.

Os municípios atingidos pelo Projeto, caracterizam-se pela alta densidade populacional e acentuada subdivisão da terra, formando minifúndios de baixa renda familiar. Em consequência, a arrecadação municipal também é baixa, o que dificulta ao município um melhor trabalho no setor educacional. Mesmo assim, os órgãos municipais de educação ajudam bastante na execução do Projeto.

São realizados dois cursos por ano em cada município, onde participam os professores rurais, secretários municipais, professores da Fidene e a equipe do Grupo de Assessoria. Cada curso é acompanhado por reuniões realizadas com a comunidade e pais dos alunos. Até agora, foram realizados os seguintes cursos: Análise da Comunidade Regional; Currículo por Atividade no Meio Rural; Metodologia para Professor Unidocente; Estudo e Organização da Cultura Popular na Região Para a Educação; Alfabetização; e Conteúdo da Escola de 1º Grau (1a. a 4a. série) — Língua Portuguesa, Estudos Sociais e Ciências.

O MINIFÚNDIO TEM SOLUÇÃO?

Lá em Ajuricaba, na Escola Comendador Soares de Barros, existe um jornal — o JOCATI — que é feito pelos Grêmios Estudantis Castro Alves (do 1º grau) e Tiradentes (do 2º grau). Pois na sua edição de novembro foi publicado um material feito pelos próprios alunos da 1ª série do 2º grau, sobre o minifúndio. É interessante ver o que o pessoal disse.

Este trabalho foi feito em cima de respostas dos alunos da 1ª série do 2º grau sobre a pergunta, **QUAIS AS SOLUÇÕES PARA O MINIFÚNDIO?** O assunto foi debatido durante as aulas de geografia, no tema "espaço agrário".

Talvez as idéias dos alunos sirvam como sugestões aos órgãos decisórios ou mesmo criem na população maior consciência sobre o problema, muito sentido no nosso município. O nosso trabalho constou da compilação das respostas em idéias coordenadas, procurando ser fiel ao que os alunos colocaram.

As principais saídas para o minifúndio seriam: "a diversificação de culturas, o incentivo à pecuária leiteira e de corte e o cultivo de frutas e hortaliças". Para isto o governo deveria dar apoio redobrado ao pequeno produtor, com subsídios e financiamentos, além da garantia de colocação imediata da produção a preços que compensassem o investimento.

"Os cultivos da soja e trigo vieram desgraçar o minifundiário, pois levou o mesmo a grandes investimentos com a mecanização", gastos não recompensados com o rendimento devido a pouca área cultivada.

Outra saída "seria a organização de cooperativas agrícolas de produção, através da reunião de um grupo de minifundiários" que fariam investimentos em mecanização, conjuntamente, segundo as reais necessidades da área a ser cultivada e do tipo de cultivo ou atividade. Estas cooperativas "deveriam se preocupar em grande parte com a

produção para o auto-consumo". "O crédito fundiário viria aumentar a possibilidade de aquisição de novas áreas de terra pelo minifundiário ou pelo sem terra".

E aqui está o problema: Em mãos de quem estão as terras? E viriam então outras sugestões. Que o governo realize a Reforma Agrária com a desapropriação de terras improdutivas ou com a fixação de um preço máximo para a terra, permitindo que ela seja vendida ao agricultor pelo proprietário, com "créditos subsidiados pelo governo".

Faz-se necessário também para

minorar o problema do minifundiário, ao menos enquanto não forem tomadas medidas mais corajosas, "que seja criada uma política agrícola voltada ao pequeno produtor", pois até hoje não foram tomadas medidas de maior significado neste sentido. Um exemplo seria "subsidiar os financiamentos de adubo e máquinas apenas para o pequeno proprietário".

Se não forem tomadas medidas de melhoria real, "o futuro do pequeno produtor será desastroso, pois os lucros de sua pequena produção não darão nem para sua sub-

sistência", quanto menos para reinvestir. "Sua situação é precária: não pode dar estudo aos filhos, não possui crédito, pois não tem com que avalizar. Enfim, sua situação cheira miséria". "Esta situação provoca o êxodo rural e a conseqüente marginalização nas cidades". No mundo de concorrência capitalista em que vive "não tem nenhuma chance de vencer, pois cachorro grande come pequeno".

Muitas vezes o seu endividamento o leva "a venda da terra ao médio e grande proprietário, que com isso vai aumentando sua propriedade".

Outra saída para os minifundiários é a "utilização da mão-de-obra excedente em áreas pioneiras de colonização". A atual política de colonização deixa ainda muito a desejar e está favorecendo o grande proprietário a adquirir ainda maiores áreas. A força do minifundiário ainda parece estar na união. Unir-se nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. E estes terão que voltar sua ação reivindicatória sobre os pequenos proprietários e empregados rurais, pois os interesses destes não são os mesmos dos grandes proprietários e empregadores rurais, que geralmente formam um mesmo quadro de associados.

Enfim, o "pequeno produtor também precisa viver, pois é da pequena propriedade rural que sai a produção de alimentos. É necessário a organização do minifundiário em defesa dos seus interesses, pois grandes conquistas só são alcançadas depois de muita luta e união".

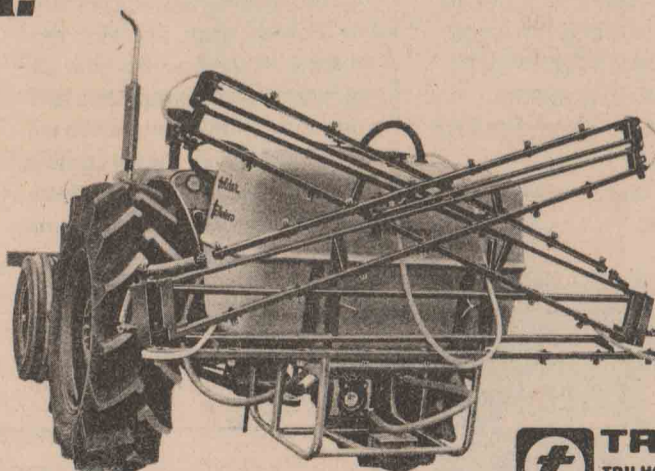
(Organização do texto: prof. Valdir Roque Dalabrida).



Minifúndio: uma situação difícil

EXIJA O MELHOR:
Pulverizador
HOLDER/TRILHOTERO.
COMPARE:

- Sistema exclusivo de abastecimento, que impede a contaminação da água da fonte abastecedora.
- Barras de aspersão dobráveis, de 6, 8 ou 10 metros, com distância entre bicos de 50 cm ou 25 cm.
- Bomba modelo K-60 de grande capacidade (60 litros por minuto).
- Instrumental de manejo de grande precisão e durabilidade.
- Assistência Técnica e peças de reposição em todo o território brasileiro.



**PROTEÇÃO
SEM POLUIÇÃO**

PULVERIZADORES

**Holder
Trilhotoero**



TRILHOTERO

TRILHO OTERO INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.
Rua Dona Teodora, 1461 - Caixa Postal 1125
90.000 PORTO ALEGRE - RS - Brasil
Telefone (0512) 42-3366 - Telex 051-1035 OTER BR
Endereço Telegráfico: TRILHOTERO

CAIU A COTA



Isto só para os produtores de cooperativas filiadas à CCGL. Todo leite que estes associados produzirem durante o verão terá o mesmo preço, independentemente da quantia entregue nos meses de formação da cota.

O que deu de grito nesta colônia não foi brincado. Tudo por causa da tal portaria da Sunab (Superintendência Nacional do Abastecimento) que define a aplicação do leite cota e leite excesso para os meses de verão. Primeiro porque no ano passado a CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite) não aplicou a cota e o excesso. Segundo porque pela portaria da Sunab as indústrias poderiam pagar apenas Cr\$ 4,30 pelo litro de leite a mais produzido no verão do que a cota formada no inverno. Até o ano passado, o preço do leite em excesso era fixado em 80 por cento sobre o preço normal do litro de leite (o que daria atualmente, Cr\$ 5,60).

A grita não era só por isso. Havia também a questão de que apenas os produtores que adquiriram vacas e fizeram projetos para a construção de estábulos através do repasse da Cooperativa, não seriam submetidos ao leite cota. Poderiam entregar tudo ao preço normal, independentemente da quantia de leite entregue nos meses tomados como base para a formação da cota. Isso por uma simples razão: todos projetos não consideravam, para fins de pagamento, que no verão poderia ser aplicada a portaria da Sunab. Com isto, o pessoal não conseguiria pagar os compromissos assumidos, pois as quantias de leite entregue no inverno serão realmente bem inferiores àquelas que passam a ser entregues no verão.

Pois toda gritaria adiantou: este ano, mais uma vez, a CCGL não vai seguir a portaria da Sunab. Num primeiro momento, se pensou em suavizá-la, colocando-a em prática apenas a partir de janeiro e não em todos os demais meses, como a portaria permite. Os produtores associados a qualquer uma das 17 cooperativas filiadas à Central, podem entregar quanto leite produzirem, recebendo parelho o mesmo preço de Cr\$ 7,00 o litro. Esta decisão foi

tomada durante uma reunião do Conselho da Central que aconteceu em Porto Alegre no dia 19 de novembro.

INOPORTUNO

O Otaliz de Vargas Montardo, coordenador da área do leite na Cotrijuí é quem explica: não seria oportuno que a CCGL aplicasse o cálculo da cota e excesso este ano. Ela vai construir um complexo de beneficiamento de leite lá em Languirú, onde está uma das cooperativas filiadas e, para levá-lo adiante, precisará de muita produção dos associados.

Com isto, só nesta história da cota, a Central deixará de ganhar uns Cr\$ 6 milhões. É um prejuízo indireto para a Central, mas não para os produtores, pois a CCGL apenas deixa de ganhar esta quantia que ficará nas mãos de quem produz o leite. Isto é mais do que justificado num momento em que os produtores passam uma situação prá lá de difícil com as frustrações da lavoura. E tem mais coisa ainda: o assunto deverá ser mais discutido entre os produtores e a CCGL, que se propõe a conversar nas reuniões pelo interior.

A INJUSTIÇA

Qual é a justiça da cota? perguntava a própria diretoria da Central, ao decidir que este ano a portaria da Sunab não seria aplicada. Parece que não existe, pois esta é uma medida que só protege a indústria, na medida em que não existe determinação alguma recompensando a maior produção no inverno. O que se deve fazer agora é levar esta reivindicação dos produtores até mais longe, lá em cima no Governo, pedindo a extinção dos cálculos de cota e excesso para a produção de leite. Vejam se é possível: restringem os ganhos do produtor de um lado, aumentando consequentemente o das indústrias (pois elas vendem o leite ao consumidor a um preço único, tanto faz se o leite entrou na usina como excesso do produ-

tor) e, pelo outro, o País importa leite em pó para suprir as necessidades de consumo. É uma coisa estranha.

A BARGANHA

As outras indústrias, que concorrem com a CCGL no mercado de leite pasteurizado, é óbvio que aplicarão a portaria.

Afinal, não são os próprios produtores de leite os donos da usina, como acontece na Central. Aqui, a decisão é para ser dos produtores. E eles não ficaram nada satisfeitos com a história de ganhar menos pelo mesmo leite. A portaria da Sunab permite que as indústrias recebam ao preço normal apenas a média da quantia de leite produzida nos meses de abril, maio, junho e julho. Assim, se o produtor entregou uma média de 50 litros diários naquele período, pode entregar ao preço normal nos demais meses do ano apenas esta quantia e mais 20 por cento, ou seja, 55 litros. Qualquer quantia entregue a mais — o leite excesso — tem um preço inferior, de Cr\$ 4,30.

Assim, a briga para colocar o leite industrializado nas cidades vai ser grande, com as outras indústrias podendo barganhar mais com os bolichos e supermercados. A CCGL vai estar aí para ver. Mais tarde, com a unidade industrial em Languirú, poderá absorver com mais tranquilidade todos excedentes de produção. Se isto pode ser chamado de excedente, pois bem se sabe que o problema não é produzir leite demais no verão e sim produzir pouco no inverno. O caso é que isto provocou uma série de distorções no mercado, pois o consumidor também não tem o hábito de tomar bastante leite no verão. Com isto, a maioria das indústrias (e também a CCGL) fazem queijo neste período, estocando — a altos custos — até o inverno, quando não existe leite suficiente para produzir este queijo.

**Com Lannate®
você é quem decide
quando as
pragas devem morrer.**



"LANNATE" atua rapidamente. Com sua ação de choque mata as lagartas da soja em poucos minutos.

Com "LANNATE" você pode esperar o momento ideal para acabar com as lagartas, isto é, quando for atingido o nível de dano econômico. Você é quem decide quando as lagartas devem morrer.

"LANNATE" controla as pragas mas permite a sobrevivência dos inimigos naturais.

E é biodegradável.

"LANNATE" faz o trabalho e depois desaparece.

DU PONT
MARCA REGISTRADA

AGROQUÍMICOS

Telefones: São Paulo (011) 259-9226 -
Ribeirão Preto (0166) 34-4346 - Recife
(081) 221-2119 - Belo Horizonte
(031) 222-4502 - Rio de Janeiro (021)
242-8015 - Londrina (0432) 23-1940 -
Porto Alegre (0512) 41-4188

Lannate é marca registrada da Du Pont.



No uso de qualquer
produto químico, leia
cuidadosamente o
rótulo.

Lembre-se sempre: os defensivos agrícolas são tóxicos. Eles podem matar não só as pragas como também o próprio agricultor. Consulte sempre um técnico antes de fazer qualquer aplicação.

UMA SAFRA ESPECIAL DE BOA

O setor lã da Cooperativa em Dom Pedrito está trabalhando a todo vapor desde meados de novembro. Simples de explicar: até o dia 14 de dezembro, foram entregues 660.141 quilos de produto, contra 544.092 quilos entregues até a mesma data no ano passado. Um aumento expressivo de 21 por cento. A safra deste ano, mesmo atrasada pelas chuvas, promete ser das melhores já vistas nos últimos tempos, com uma perspectiva de recebimento na Cooperativa que chega a um milhão e trezentos mil quilos de lã, contra os 947 mil quilos do ano passado.

É por isto que os classificadores não conseguem parar um minuto sequer de analisar os velos e outros tipos de lã (barriga, garra, pata, descole e borrego) que chegam do interior até as instalações da Cooperativa. Na qualidade a safra também está sendo muito boa, como conta o seu Levi de Lima Tarouco, criador na localidade de Upacaray:

— Das 493 ovelhas que esquilei acho que não deu nenhum capacho. É tudo lã que deve ser classificada como especial.

ANO EXCEPCIONAL

O Paulo Arines Pedroso, que é o agrônomo responsável pela área de ovinos na Cotrijuí, concorda com o seu Levi e comenta:

— Este foi um ano excepcional para a lã. As ovelhas deram cria normalmente porque choveu pouco na época de parição.

Pois é, se a chuva está retardando a safra, o período pouco chuvoso que caracterizou a época de parição (o mês de agosto) impediu a repetição de altos índices de mortandade de ovelhas e cordeiros dos anos de maiores precipitações. Com isto não se perdeu as ovelhas (que encharcadas pela chuva no momento de dar cria não conseguem levantar e acabam morrendo junto com os cordeiros) e nem sua lã, assegurando uma maior qualidade do produto. As mechas de lã ficaram maiores, o que é o melhor indicativo da qualidade do produto.

Há mais coisa ainda a considerar, que explicam bem as razões de uma maior e melhor produção: a

primavera entrou com toda força, dando início a um período em que as chuvas não foram escassas e o pasto não rareou demais. Desta forma os animais puderam se alimentar convenientemente e, assim, possibilitar o crescimento adequado da lã.

DEU SARNA

Só há uma coisa a preocupar; a sarna apareceu este ano em alguns rebanhos. E isto que a sarna é para estar erradicada do Rio Grande do Sul. Conta o Pedroso:

— Entre os produtores mais esclarecidos e que vinham apresentando bons níveis de produção nos últimos períodos, a Secretaria da Agricultura — por um problema de falta de pessoal — retirou os guardas sanitários de determinadas localidades. Se facilitou, e a sarna voltou a aparecer.

Tem gente que explica ainda a ocorrência da sarna pela importação de alguns animais da Argentina. Isto explica mas não justifica. A razão principal é o descuido por não seguir as recomendações de banhar o rebanho duas vezes ao ano, de preferência após a esquila, para evitar este problema.

Pois vejam que nem isto — os velos sem aproveitamento por causa da sarna foram em quantidade realmente expressiva — provocou uma redução na quantidade de lã produzida na região. Em todo Estado se estima para este ano a produção de uns 26 milhões de quilos de lã.

PRODUÇÃO E MERCADO

O seu Tarouco conseguiu um rendimento muito bom por animal: quase cinco quilos de lã, quando a média considerada rentável fica no mínimo em três ou quatro quilos por ovelha. Ele conta:

— As minhas ovelhas faz anos que venho cuidando, cruzando para melhorar a qualidade do rebanho. Hoje meu rebanho, que é de Corriedale, posso dizer que está muito bem cruzado. E tem mais: sempre tratei minhas ovelhas com todo carinho, tanto fazendo se o preço era pouco ou muito. Agora então, com a suba do preço, está compensando mesmo o trabalho.

Realmente o mercado de lã an-

dou reagindo de dois anos para cá. A nível internacional ele tem se mantido bastante estável, o que serve de garantia para que o preço da lã não sofra reduções sensíveis. Muito antes pelo contrário: o preço só tende a subir, pois os estoques estão se acabando no mercado mundial. Deve ser somado a isto as necessidades do mercado brasileiro. Hoje este mercado consome apenas 15 por cento da produção interna, ficando todo restante da lã destinada à exportação. Mas já em 1983, como conta o Pedroso, o Brasil deve importar uns 5 milhões de quilos de lã:

— E para 1985 está sendo prevista uma importação de 25 milhões de quilos, que é quase a produção atual do Estado.

OS ADIANTAMENTOS

O adiantamento que a Cooperativa está dando este ano é considerado bom pelo seu Tarouco: Cr\$ 64,00 pela lã de velo; Cr\$ 32,00 para barriga; Cr\$ 23,00 para pata; Cr\$ 28,00 para garra; Cr\$ 27,00 para descole e Cr\$ 44,00 para borrego. No ano passado seu Tarouco não entregou a lã da Cooperativa e se arrependeu:

— Não quis vender aqui porque achei baixo o adiantamento levei numa barraca que o preço prometido parecia bom. No fim das contas perdi uns Cr\$ 20 mil.

Este ano, pela primeira vez, aconteceu a classificação da lã de borregos que foram abatidos na entressafra. Explica Pedroso:

— O borrego da entressafra é um programa novo da Cooperativa e da Secretaria da Agricultura. Estes animais são abatidos nos meses de junho, julho e agosto, depois de esquilados em pleno outono. Esta lã está sendo classificada agora, já como lã de velo e não como de borrego. Isto não aconteceria se os animais fossem esquilados na época normal de safra, quando normalmente não produzem mais de 800 gramas de lã.

CLASSIFICAÇÃO RIGOROSA

O Pedroso também conta que este ano a Cooperativa alterou um

pouco o sistema de classificação, procurando com isto um aproveitamento bem melhor do produto. Mesmo que o processo acabe sendo mais demorado, se evita que muita lã de qualidade seja misturada e entregue para beneficiamento junto com outras lãs que valem menos.

É o caso, por exemplo, da separação da lã de pata e barriga, uma prática já adotada por quase 60 por cento dos criadores, que conseguem com isto um rendimento maior para a produção. A lã dos outros produtores é separada na própria cooperativa, o que aumenta muito a mão-de-obra mas permite que o produto seja melhor comercializado e alcance uma liquidação maior para todos os produtores. Só um detalhe: o criador que não providenciou nesta separação na própria estância, vai receber tudo como sendo lã de pata, pois foi assim que ele entregou na Cooperativa, tendo um adiantamento Cr\$ 9,00 mais baixo do que a lã de barriga. O Pedroso conta:

— Lá em Uruguiana 95 por cento dos produtores já entregam a lã de barriga e pata bem separadas.

A safra deve se estender ainda, pelos cálculos do Pedroso, até lá por fevereiro. A colocação para a produção já está assegurada: parte (355 mil quilos) vai para Cooperativa Valuruguaí, da qual a Cotrijuí é associada, onde é transformada em tops (lã já ponteada). O restante vai para outros compradores já tradicionais.



Tarouco: lã especial:



Lã de qualidade, com mercado já assegurado

A VISITA DOS NORDESTINOS

No fim do mês de novembro uma caravana de representantes de 24 cooperativas do Nordeste brasileiro esteve visitando as dependências da Cotrijuí.

A viagem dos nordestinos foi organizada pela Assocene (Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste), que tem a sua sede na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco.

Não existe uma organização semelhante à Assocene aqui no Rio Grande do Sul. Ela procura organizar as cooperativas, orientar os dirigentes e o corpo associado no sentido do verdadeiro cooperativismo. Na área da educação cooperativista, como disse um dos técnicos da entidade, Marconi Oliveira da Sil-

va, "é preciso furar o cerco. Muita coisa ainda está em estaca zero. Aqueles que defendem o cooperativismo, são às vezes os menos cooperativistas".

Entre os visitantes, quatro eram da Bahia, três da Paraíba, dois de Sergipe, dois do Rio Grande do Norte e um de Alagoas, além dos cinco técnicos da Assocene.

Os nordestinos observaram que existe uma grande diferença entre o Estado do Rio Grande do Sul e os estados do Nordeste, afirmando que lá "as injustiças sociais são bem mais marcantes. A miséria é maior. As cooperativas, em sua maioria, se preocupam apenas com a comercialização dos produtos".

O pessoal visitante permaneceu dois dias na



Na Fidene os nordestinos fizeram uma análise de problemas

Fidene (Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado) onde fez uma reflexão conjunta sobre os problemas e os princípios cooperativistas.

Alguns problemas foram apontados como mais graves: falta de recursos fi-

nanceiros e falta de pessoal qualificado para trabalhar junto aos associados e defender os seus verdadeiros interesses. Não existe um trabalho de base e dificilmente o associado, principalmente quando se trata de pequeno produtor, tem voz ativa nas decisões da sua cooperativa.

O problema terra, no Nordeste, é gravíssimo. E com isso crescem sempre mais os problemas sociais.

Além da Cotrijuí, os nordestinos visitaram também as cooperativas de Panambi, Não-Me-Toque e Carazinho.

Marconi disse que se decidiram por esta região, porque "aqui o cooperativismo está numa fase bem mais adiantada. Os produtores têm mais consciência da necessidade de se unir e de participar".

Os visitantes acharam muito válida a viagem feita ao Sul "porque estamos levando bastantes subsídios. A gente tinha uma idéia do que era isso aqui. Mas ver de perto é outra coisa. Se vocês aqui têm problemas, dificuldades, imagine a gente de lá".

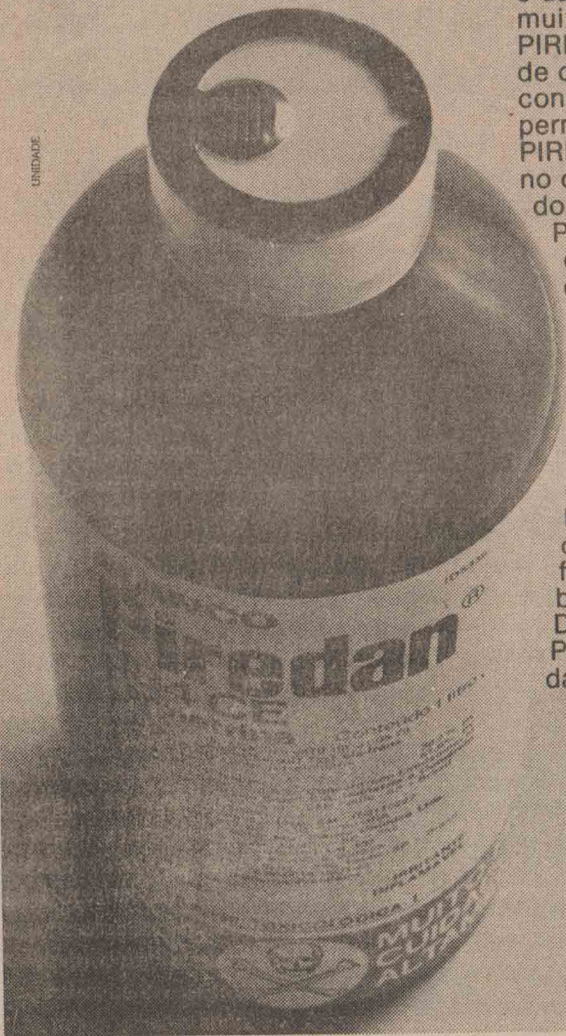
As lagartas vão entrar numa fria: a Elanco está lançando Piredan.

Finalmente você vai poder usar um inseticida Elanco. Isto significa muito porque você sabe que a Elanco nunca deixa por menos: oferece sempre o melhor para a agricultura. Agora é a vez de PIRENAN, um

lagarticida feito à base de permetrina. Mortal para as lagartas, mesmo as resistentes, mas de baixa toxicidade para o homem e para os animais. Isto significa que você pode acabar com as lagartas do algodão e da soja com eficiência e com muita segurança. PIRENAN é apresentado na forma de concentrado emulsionável, contendo 384 gramas de permetrina por litro. PIRENAN tem efeito comprovado no controle das lagartas da soja e do algodão.

Procure o seu Distribuidor Elanco e descubra todas as vantagens de usar PIRENAN na sua lavoura. Uma delas você pode ver aqui mesmo no anúncio: a Assistência Técnica Elanco.

Campanha do uso correto dos defensivos agrícolas
Use os defensivos corretamente. Retire o folheto de instruções básicas de segurança nos Distribuidores Elanco. PIRENAN é marca registrada da FMC CORP.



ELANCO

Piredan

Jornal

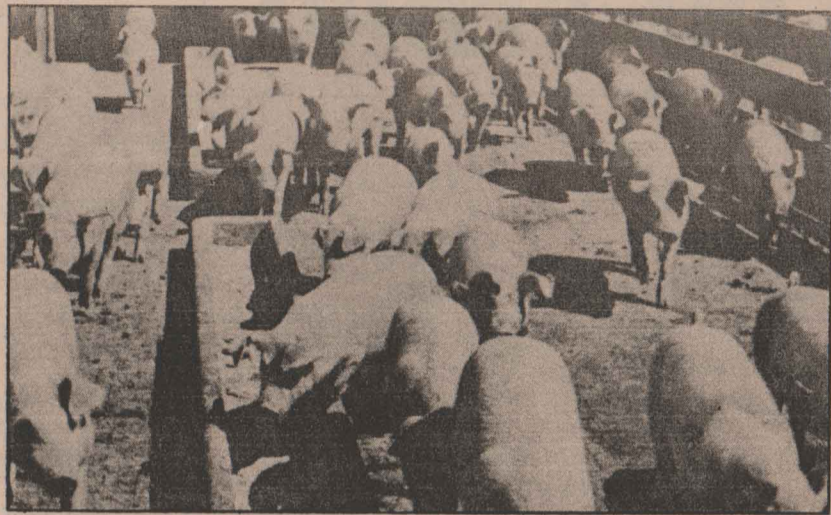
A voz do associado

Qual é o compromisso de um jornal de cooperativa? Esta pergunta acabou centralizando as discussões de dois seminários de comunicação cooperativa realizados no mês de novembro. O primeiro, de caráter estadual, aconteceu em Ijuí, nos dias 15 e 16. O outro, que reuniu os responsáveis de alguns dos jornais publicados em todo Brasil, aconteceu de 21 a 24 lá em Poços de Caldas, em Minas Gerais. O papel do jornal ficou bem claro: ele deve ser o veículo de manifestação e de defesa dos interesses da base associada, publicando, portanto, todos os assuntos julgados necessários por essa base. O jornal não deve servir para dar recados das direções aos associados ou vice-versa. Ele deve ser a voz do associado, do qual se espera uma participação decisiva na elaboração do conteúdo de seu jornal.

Em Poços de Caldas, o programa do seminário incluiu ainda um debate sobre linguagem e utilização de histórias em quadrinhos e ilustrações nos jornais para agricultores.

Quanto a linguagem, todos concordaram que esta deve ser objetiva e adequada ao meio onde circula o jornal. Nada de usar palavra difícil, que só olhando mesmo em dicionário para saber ao certo o que quer dizer. Na verdade, o pessoal acabou concordando, a linguagem deixa de ser problema a partir do momento em que o próprio associado define aquilo que deseja encontrar no jornal de sua cooperativa, participando de sua elaboração. É algo assim, mais ou menos, como o pessoal concordou, que já existe aqui no Cotrijornal. Há um conselho editorial, formado por agricultores e ainda com a participação de técnicos, que analisa todo mês o que foi publicado. Eles olham o texto dizendo o que está bem, o que está mal; a apresentação, se tem muita fotografia ou pouca fotografia, e assim por diante. É também nesta reunião do conselho que são tomadas as decisões sobre as próximas matérias que o Cotrijornal vai publicar e de que jeito cada assunto será apresentado.

OS ENTENDIMENTOS DA CENTRAL DE CARNES



A industrialização de suínos é o que mais interessa às cooperativas.

Depois de várias reuniões acabou sendo efetivamente fundada a Cooperativa Central Gaúcha de Carnes, isto durante um encontro realizado dia 29 de novembro em Porto Alegre. As sete cooperativas fundadoras são as de Cruz Alta, Santo Ângelo, Jaguari, Santiago, São Sepé, Santa Bárbara do Sul e a Cotrijuí.

A função inicial da CCGC, que ainda está aguardando autorização de funcionamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) será dar prosseguimento aos entendimentos com a Cooperativa Castilhense de Carnes e Derivados, de Júlio de Castilhos. A Castilhense vinha participando de todas as reuniões de instituição da Central e deveria atuar como sede industrial da CCGC. Só que esta Cooperativa ainda não definiu uma posição final a respeito do assunto.

Independentemente dos resultados deste entendimento, a Central também deverá buscar a realização de contratos operacionais com cooperativas ou outras entidades, visando a instalação de uma sede industrial. Em relação a isto ainda não foi determinado que tipo de atitude será tomada. Tanto a Central pode operar um frigorífico

em regime de comodato (concessão de uso), como até mesmo adquirir uma instalação frigorífica.

CAPACIDADE OCIOSA

O que a Central pretende é aproveitar a capacidade ociosa das instalações já existentes no Rio Grande do Sul. Aqui no Estado, existem frigoríficos que, na média, apenas aproveitam 60 por cento de sua capacidade instalada. Isto é verdadeiro desperdício.

A Central será fundamentalmente responsável pela industrialização de quaisquer tipos de carne (bovinos, suínos, ovinos, aves, etc) e também sua comercialização. As cooperativas singulares e as filiadas cuidarão unicamente do setor primário, envolvidas com a produção, aumento de produtividade, crédito aos associados, etc.

O início das atividades da Central não é para hoje ou amanhã. Será necessário primeiro que se defina aonde afinal ela irá operar. Os resultados só começarão a ser sentidos a partir do final do primeiro semestre do próximo ano, quando as cooperativas fundadoras, ou pelo menos parte delas, já terão também ingressado na produção de carne em suas áreas de ação.

CAPITALIZAÇÃO

Durante dois dias os diretores, gerentes e assessores de toda Cotrijuí estiveram reunidos para discutir um só assunto, capitalização. Este encontro sucede uma série de reuniões e seminários de produtores realizados para discutir o mesmo tema. Foi ano passado, num seminário de produtores da Região Pioneira, que se decidiu, por exemplo, capitalizar sobre a soja, o que até então não acontecia.

O objetivo deste seminário interno não era apenas concluir que a Cooperativa precisa de capital próprio para melhor encaminhar seu trabalho. Isto já é líquido e certo, pois os encargos financeiros sobre o capital tomado de terceiros (dos bancos) pesam demais em todo orçamento da Cooperativa. Por isto, o encontro analisou mais novas alternativas de capitalização, fazendo uma análise de todas as necessidades financeiras da Cooperativa nos próximos cinco anos. E também não conversou em capitalização pensando no capital meramente como dinheiro, mas também encarando-o como um instrumento de trabalho. A pena é que dois dias não foram o suficiente para chegar a conclusões definitivas. Está prevista uma continuação deste trabalho, que também antecede a discussão que voltará aos núcleos, buscando a participação dos associados neste trabalho.

LOJA E MERCADO EM RIO BRILHANTE E MIRAGUAI

A unidade de Rio Brilhante, no Mato Grosso do Sul, conta desde o dia 13 deste mês com uma unidade abastecedora. Na entrada da cidade, a loja e o supermercado estão a serviço dos associados da Cotrijuí.

Também em Miraguai, na Região Pioneira, deverá entrar em funcionamento loja e supermercado ainda este mês.

FARMÁCIA EM CHIAPETTA

Em Chiapetta já está funcionando a farmácia instalada pela Cotrijuí, que é a filial número um da Farmácia Santa Terezinha que funciona anexa ao hospital da cooperativa em Santo Augusto.

A nova farmácia terá preços especiais e aplicações gratuitas para os associados.

O maior inimigo destas pragas está nos melhores inseticidas.



Contém Toxaphene®

O inseticida eficaz, econômico e biodegradável.

O maior inimigo destas pragas é Toxaphene, um produto de origem vegetal que faz parte dos melhores inseticidas fabricados neste País.

Toxaphene possui moderada toxicidade, é biodegradável, sendo rapidamente metabolizado e excretado pelos organismos vivos, e degradado no solo, ar e água.

Em outras palavras: Toxaphene é mortal para as pragas e inofensivo para sua lavoura. Usado de acordo

com as recomendações (1 a 4 kg por hectare), Toxaphene é bem econômico: aumenta o intervalo entre as aplicações e reduz o custo de produção.

Toxaphene é versátil pois permite a sua aplicação em UBV, CE e pós, quer só, quer em misturas formuladas ou de tanque com outros pesticidas.

Toxaphene é o inimigo certo das principais pragas que atacam as lavouras de algodão, soja, feijão, trigo, arroz, amendoim, milho, etc.

Use Toxaphene e comprove.

Produzido pela **AGROQUISA S.A.** Uma empresa Matarazzo.

Distribuído pela



HERCULES



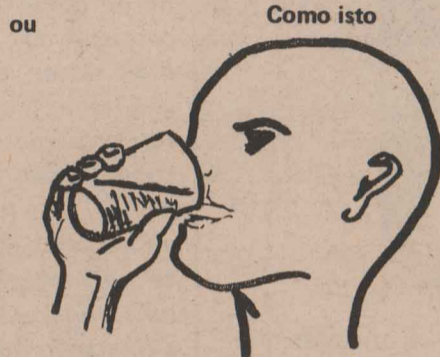
Que o Símbolo da Paz seja, no início da Nova Década, o Prenúncio do Amor e da Fraternidade tão Almejada por Todos.

COTRIJUI

COTRIJORNAL

DESIDRATAÇÃO: O PERIGO DO VERÃO

QUANDO TIVER DIARRÉIA, CONTINUE A DAR-LHE ALGUMA COISA PARA BEBER



Porque se o corpo perde toda a sua água, como um balde com um furo, o paciente pode morrer.



Este balde está cheio d'água.

Se o balde estiver furado, ele perde a água (como o corpo com diarreia).

O balde está cheio d'água porque está recebendo água novamente.

Ao mesmo tempo deve ser tratado e consertado.



Com o calor, no verão aparecem os problemas de diarreia e desidratação. Em anos anteriores o assunto desidratação já foi abordado, mas sempre é bom a gente prevenir para evitar esse mal que pode causar transtornos para a família e perigo principalmente para as crianças.

Diarreia é uma coisa comum nas pessoas. Mais comum em crianças e recém-nascidos, quando as fezes ficam líquidas e muito freqüentes (mais de três vezes por dia). Com isso, o corpo perde muita água, sal e forças.

Muitas vezes outros sinais aparecem, como vômitos, dores de cabeça, sede excessiva, febre, dores no corpo, pulsações (acima de 130 pulsações por minuto é desidratação séria) e dores em geral. Tudo isso mais

uma perda exagerada de água pelas fezes, pode causar a desidratação.

Desidratação é a falta de líquido necessário para manter o equilíbrio interno do nosso organismo.

Por que você fica com diarreia?

— porque come com as mãos sujas (após trabalhar ou ir ao banheiro);

— porque come alimentos sujos, mal-lavados, deixados fora de casa ou em lugares quentes por muito tempo, não protegidos de insetos ou animais (enfim, mal-conservados para o consumo);

— porque come certos alimentos que não foram cozidos por tempo suficiente;

— porque toma água que não é limpa (rio, lago, vertente, fonte ou poço não protegido, água

guardada em recipientes sujos);

Um conjunto de sinais nem sempre é suficiente para se concluir a doença. Por isso o médico precisa saber os hábitos da pessoa. Para muitos casos é preciso fazer um exame de fezes no laboratório, para saber se existem micróbios ou parasitas no organismo.

Para que se formem as fezes e a água seja absorvida pelo organismo, os intestinos precisam se contrair normalmente (peristaltismo). Quando há uma contração exagerada, acontece a cólica e a desinteria, fazendo com que a água saia do organismo junto com as fezes, por causa dessa "pressa de movimentos". Enquanto os resultados dos exames não ficam prontos, o médico pode receitar anti-diarréicos e hidratantes.

A alimentação é importante. Deve ser feita uma dieta que obrigue o intestino a repousar. Ficam proibidas as frituras, verduras e legumes crus (poderão ser comidas cozidas), frutas cítricas (laranja, limão, etc . . .), mamão, melancia, abacate, figo, uva, morango e outros que têm ação laxante.

Em seu lugar, devem ser usados alimentos que "prendem" o intestino. As gelatinas, coalhadas, leite de vaca, maçã, purês de batata, arroz e pera, são alguns exemplos. Consumidos em pequenas quantidades, estes alimentos reduzem o trabalho intestinal e ajudam a resolver a diarreia.

Os líquidos devem ser em grande quantidade. Água, chá, sucos, sem serem adoçados (o açúcar causa a fermentação)

devem ser tomados em grandes quantidades, mesmo que a pessoa às vezes vomite.

Tanto para a criança como para o adulto, a dieta alimentar deve durar de seis a 24 horas, dependendo da gravidade do caso. Se o caso perdurar por mais de 24 horas, é urgente procurar o médico.

Segundo informações colhidas com Gilberto Pereira Gomes, médico chefe do Centro de Saúde de Ijuí, a média diária de casos de diarreias e desidratação ocorridos no município neste início de verão está sendo de 3 a 4 casos clínicos na unidade e de 10 a 12 baixas hospitalares. Acrescenta o médico que "em todos os verões acontecem casos de mortalidade infantil por causa da desidratação".

Piratini: uma etapa encerrada

O Núcleo Feminino (senhoras e filhas de associados) da Linha 6 Norte — República Piratini, realizou durante o ano de 1979, seis reuniões. Entre os assuntos abordados estava a diversificação, pecuária leiteira, estrutura do poder (participação do associado nas decisões da cooperativa), consumo e outros.

Alguns temas, como educação e consumo, deverão ser aprofundados no próximo ano.

No dia primeiro de dezembro, o Núcleo se reuniu para entregar os certificados às participantes das aulas de corte e costura. 146 peças de vestuário confeccionadas pelas alunas estavam expostas, numa mostra do que o grupo aprendeu.

No encerramento desta etapa dos trabalhos que estão sendo realizados no Núcleo, estiveram presentes: Carlos Karlinski, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí; Arno Beck, representante

do núcleo da Linha 6 Norte — República Piratini; Osvaldo Oster, da Linha 6 Norte — Irgang; Ilo Buch, representante eleito da Região; Mário Dhein, representando a

direção da Cotrijuí; Gertrud Commandeur, representante do Núcleo e elementos do Departamento de Comunicação e Educação da Cotrijuí.



As formandas

O pessoal do Núcleo organizou um chá muito gostoso e, na oportunidade, comentou a importância do trabalho em conjunto, responsável pelo êxito alcançado. Foi proposto dar continuidade aos encontros, realizando mais atividades no Núcleo.

As participantes do curso foram: Erica Kleim, Rosa Schulz, Ricardina Bönnmann, Liria Kleyn, Vera Lúcia Veber, Neldi Ceni Ketzer, Roseli Schweigert, Sirlei Schweigert, Marli Maria Del Frari, Geni Wottrich, Gerda Wottrich, Cenilda Udich, Renate Schreiber, Daura Mosak, Emi Dulce Mosak, Leonilda Schreiber, Jenoveva Schimanoski, Amélia Suzana Schimanoski, Maria de Lurdes Weber e Eloide Maria Commandeur.

Na ocasião, a representante das formandas, falou agradecendo, que "só vencemos por ser muita a vontade de aprender".

Recados

Janeiro, e até fevereiro, é o tempo de maturação da semente da erva-mate. Como a Cotrijuí está coletando sementes para fazer mudas das espécies nativas, solicita aos associados que tiverem ervais em suas propriedades que colem e entreguem as sementes no Departamento Técnico de suas unidades. Caso não possam fazer esta coleta, deverão comunicar ao técnico agrícola que atende a sua área.

A cooperativa procura incentivar os associados que têm viveiros para produção de mudas. Através de um convênio, ela está dando a necessária orientação aos produtores e indicando estes viveiros aos demais associados que desejam adquirir mudas para florestar ou reflorestar suas terras. Os interessados em fazer este convênio poderão entrar em contato com o departamento técnico.

O mercado de tremoço está muito bom. Melhor até do que se esperava. Os produtores interessados em entregar o produto, deverão procurar o Departamento Técnico de sua unidade.

Tem mercado para o feno de alfafa. Os associados que entregam o produto, estão recebendo um adiantamento de Cr\$ 4,00 por quilo. A cooperativa está vendendo a Cr\$ 6,00 o quilo.

O clima desta época contribui muito para o surgimento do Carbúnculo Hemático no gado. Por isso, quem ainda não vacinou seus animais, que o faça com urgência.

O calor e a umidade também são propícios ao desenvolvimento da verminose no gado, principalmente nos animais jovens. Por isso é bom controlar o rebanho. Em caso de dúvida, é só consultar o Departamento Técnico das unidades da Cotrijuí.

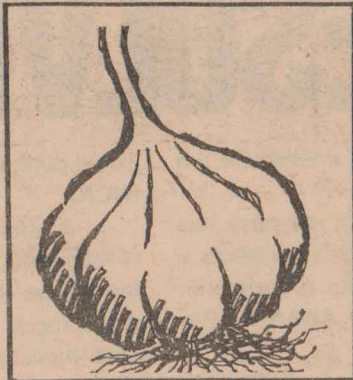
A Diretoria da Comercialização informa aos associados que os preços constantes no quadro abaixo referem-se às mercadorias colocadas nos depósitos das Unidades de Beneficiamento. Os pedidos que não forem confirmados em 30 dias, serão desconsiderados.

PREÇOS DAS SEMENTES FORRAGEIRAS DE ESTAÇÃO FRIA - SAFRA 79/80

Espécies	Densidade de Semeadura - Kg/ha		Embalagem Kg	Preço para associado Cr\$/kg
	Cons.	Insol.		
Aveia Amarela				
Coronado	60	80	40	10,00
1095A	60	80	40	10,00
Aveia Branca				
Epecoen	60	80	40	10,00
Suregrain	60	80	40	10,00
Aveia Preta				
Comum RS	50	70	40	13,00
Argentina	50	70	40	13,00
Azevém Anual				
Comum RS	15	25	30	15,00
Estanzuela 284	15	25	30	15,00
Centeio				
Abuzzi	50	60	60	9,50
Crioulo RS	50	60	60	9,50
D. E. Inta	50	60	60	9,50
Tremoço Branco	50	60	50	6,50
Festuca *				
K-31	10	15	10	60,00
Demeter	10	15	10	80,00
Ervilhaca Comum RS *	50	70	20 e 40	50,00
Trevo Branco *				
Zapican	1	2	10 e 20	165,00
Bayucuã	1	2	10 e 20	165,00
Trevo Vesiculoso				
Yuchi *	6	8	10 e 20	135,00
Trevo Vermelho *	8	10	10 e 20	110,00
Trevo Subterrâneo *				
Clare	6	8	10 e 20	115,00
Yarloop	6	8	10 e 20	108,00
Cornichão				
S. Gabriel *	8	10	10 e 20	200,00
Alfafa Crioula *	—	15	10 e 20	250,00

* Sementes de forrageiras com preços aumentados em função da última desvalorização do cruzeiro. Estes preços estão sujeitos a alterações a partir de março de 1980.

LAVOURA NO MÊS

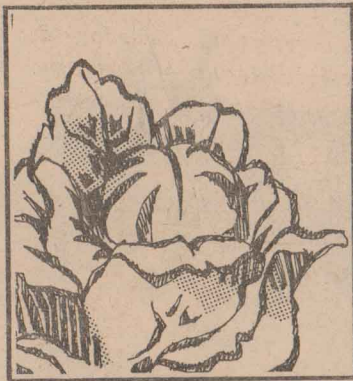


ALHO

O alho agora está em armazenamento. Muitos produtores estão guardando uma parte para o consumo e outra para plantar na próxima safra.

O armazenamento na propriedade pode ser feito em molhos ou em résteas, utilizando-se mais os molhos que ficam pendurados em estaleiros dando condições assim para uma boa conservação.

Todos os produtores devem ter o cuidado de selecionar produto de boa qualidade e as variedades recomendadas, porque a comercialização do alho para o próximo ano será provavelmente muito melhor para o produto de melhor qualidade.



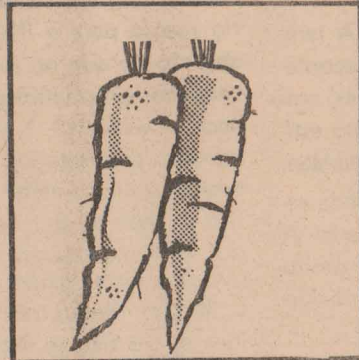
HORTALIÇAS DIVERSAS

O aumento do calor com a chegada do verão causa alguns problemas para o cultivo de hortaliças. Ao fazer sementeiras, os canteiros devem ser cobertos com panos ou ramos para que não sejam atingidos diretamente pelo sol.

A irrigação deve ser diária, nas horas menos quentes, de preferência de manhã bem cedo ou a tarde. Deve-se ter o cuidado para que o solo seja molhado até uma profundidade mínima de 8 a 10 centímetros. Frequentemente acontece que a superfície

fica encharcada, criando uma espécie de crosta na terra que evita uma boa penetração da água. Para corrigir esta situação, a rega deve ser feita em várias passadas, facilitando a penetração da água.

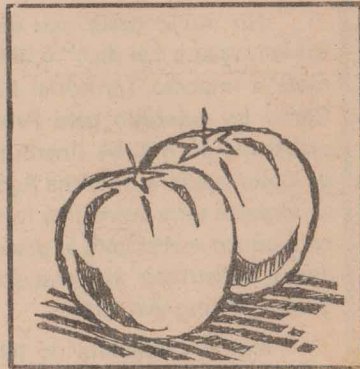
Neste período podem ser semeados: rabanete, cenoura, beterraba, tomate, repolho, alface e rúcula.



CENOURA

O cultivo da cenoura no verão é mais difícil. É porém, mais vantajoso em termos econômicos, para quem quiser comercializar o produto. O êxito da cultura depende basicamente da irrigação. Havendo água suficiente, a planta se desenvolve perfeitamente. Como, normalmente, o mercado nesta época é favorável, pode-se obter

bons preços pela cenoura, compensando o aumento do custo com a irrigação.



TOMATE

O calor deste período está dificultando o desenvolvimento do tomateiro. Como a umidade do solo está diminuindo, são necessárias irrigações, sendo o método mais adequado aquele em que se faz canais no meio das linhas do tomateiro e deixa escorrer água até que o solo esteja molhado suficientemente para atingir as raízes.

As pulverizações com fungicidas continuam sendo necessárias para a manutenção das folhas e também da produção. Os produtos mais indicados são à base de Cobre e didiocarbonatos (Dithane, Manzate).



É na hora de muita chuva que você tem mais uma razão para usar Dual.

Já pensou, com toda esta chuva e com o pouco tempo que você dispõe, se ainda tivesse que passar novamente no seu chão de soja e incorporar duas vezes o herbicida? É nessa hora que você dá graças a Deus por existir a opção Dual.



Quando abrir o sol, você já pode entrar na lavoura, plantando e aplicando Dual em seguida. Você ganha tempo e elimina duas operações. Dual, a opção que faltou ao agricultor brasileiro durante os últimos 10 anos.

Dual, o herbicida para soja tão moderno que dispensa incorporação.

Planta Soja
planta-diversa
para
a-brasil
CIBA-GEIGY

MUDAR O IMPOSTO RESOLVE?

No início deste mês de dezembro foi aprovada a Lei de nº 6.746 que reformula o Imposto Territorial Rural (ITR). Como foi colocado pelo Paulo Yokota, presidente do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o novo imposto seria assim uma forma de pouco a pouco acabar com as grandes latifúndios e redistribuir as terras aos trabalhadores agrícolas sem terra.

Mas o presidente do INCRA também admite que as mudanças que aconteceram com o ITR não foram tantas, sendo o objetivo principal do Governo estimular mais a produção e a produtividade.

Os agricultores, em geral, ainda estão bastante confusos sobre a nova lei. A maioria realmente não entendeu muito bem os novos cálculos e está aguardando "prá ver se resolve alguma coisa".

Agora, muita gente já está dizendo que o novo ITR não resolve e que de maneira alguma substitui o Estatuto da Terra, aprovado há 15 anos e até hoje não cumprido. Numa matéria publicada dia três no jornal ZERO HORA de Porto Alegre, o economista João Pedro Stedile, delegado no Rio Grande do Sul da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) explicou:

"O novo ITR não representará ameaça alguma ao processo concentrador da posse da terra. Ao contrário, reafirma o modelo de concentração".

CONTO DO VIGÁRIO

Segundo seu Stedile, "se o Governo tivesse boas intenções com relação à concentração da posse da terra não necessitaria fazer grandes alterações. Existe um artigo muito claro e objetivo no Estatuto da Terra, onde diz que o Estado destinará por cento de sua receita tributária para o fundo de reforma agrária. Esses três por cento nunca saíram da lei, e nesses 15 anos do Estatuto, nunca foram depositados e muito menos o Tribunal de Contas dos e muito menos o Tribunal de Contas dos se preocupou em conferir porque não foram destinados ao INCRA".

Este economista, que escreveu um trabalho intitulado "As Mudanças Propostas ao Imposto Rural ou Como Passar o Conto do Vigário em 11 Milhões de Trabalhadores Rurais" colocou também que com a nova lei serão cumpridas as três estratégias definidas por Delfim Netto, Ministro do Planejamento, como objetivo da política agrícola do atual Governo brasileiro: aumentar o volume das exportações agrícolas; aumentar a produção de bens destinados ao mercado interno para pressionar os preços para baixo, influenciando no combate à inflação; e liberação rápida da mão-de-obra para o setor industrial, influenciando para baixo o salário real urbano".

O NOVO ITR

O novo imposto territorial rural se baseia em cinco fatores: o valor da terra nua, a área do imóvel rural, o grau de utilização da terra, o grau de eficiência obtido nas diversas explorações e a área total,

no país, do conjunto de imóveis de um mesmo proprietário.

Começa que o valor da terra nua continua sendo a base para o cálculo e sempre é declarado pelo proprietário. Sobre isso o delegado da ABRA no Rio Grande do Sul disse:

"Tanto no Rio Grande do Sul, como no Brasil, à medida que aumenta o tamanho da propriedade, mais o proprietário mente para o INCRA. Chegou-se ao absurdo de que no Brasil, em média, os pequenos proprietários disseram que um hectare valia Cr\$ 1.165,00 enquanto os grandes proprietários disseram que um hectare valia somente Cr\$ 52,00. Já no Rio Grande do Sul os grandes proprietários, com mais de mil hectares afirmaram que suas terras valiam apenas Cr\$ 527,00 o hectare. Todos nós sabemos que nos idos de 76 não se encontrava terra para comprar por menos de Cr\$ 20 mil o hectare, ou seja, 4.000 por cento a mais que o valor declarado pelo proprietário. Como a base para o cálculo do imposto é o valor declarado pelo proprietário, evidente que essa situação se reflita no valor do imposto pago por ele".

E é interessante observar que não

existe punição para quem informa mal ao INCRA.

A alíquota básica no novo ITR deverá variar de 0,2 a 3,5 por cento do valor da terra. Essas alíquotas correspondem a módulos fiscais expressos em hectares para cada município brasileiro. Seu Stedile explica que para calcular o módulo fiscal do imóvel, divide-se a área aproveitável total do imóvel declarada pelo proprietário, pelo módulo fiscal do município e se obterá o valor. Determinado este módulo, multiplica-se a alíquota sobre o valor da terra nua e daí sairá o valor do imposto a ser pago.

Por exemplo, acima de 100 módulos fiscais (grandes propriedades) o valor do imposto será de 3,5 por cento sobre o valor da terra. Quando o tamanho por área for inferior a um módulo, o proprietário não precisa pagar imposto.

O novo imposto será progressivo no tempo. Cada ano será aumentado para punir aqueles que não aproveitarem bem suas terras.

ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA

Conforme explicou o economista e agrônomo José Francisco Graziano, da

Unicamp (Universidade de Campinas), em São Paulo, numa reportagem que saiu na Revista ISTO É, nº 154, o novo ITR na verdade corresponderá a "uma anistia ampla e irrestrita" que dificilmente forçará uma utilização mais intensa da terra.

De acordo com o seu Graziano, que é do Departamento de Economia e do Centro de Estudos Agrícolas da Unicamp, os médios proprietários é que terão suas alíquotas aumentadas. Até 10 módulos fiscais (MF) a alíquota cresce 0,1 por cento para cada módulo; de 10 a 40, 0,2 por cento para cada 5 MF; de 40 a 100, 0,2 por cento para cada 10 MF; e acima de 100 MF a alíquota não cresce.

O tamanho da área dos módulos de propriedade rural é fixado para cada zona que tem características econômicas e ecológicas parecidas e de acordo com o tipo de atividade que possa acontecer em cada uma dessas regiões. Por exemplo, na Região Pioneira da Cotrijuf, onde aparecem as culturas temporárias (trigo e soja) o módulo é de 25 hectares. Mas se a atividade for hortigrangeiros, o módulo nessa região será de 4 hectares. Já a atividade de hortigrangeiros perto da Grande Porto Alegre determina um módulo de dois hectares.

Quando acontece uma exploração mista, o INCRA faz uma média das áreas para fixar o módulo.

MUITOS DESCONTOS

Tem outra coisa ainda que favorece os latifundiários. Eles poderão gozar uma série de descontos: 45 por cento de redução sobre o grau de utilização da terra.

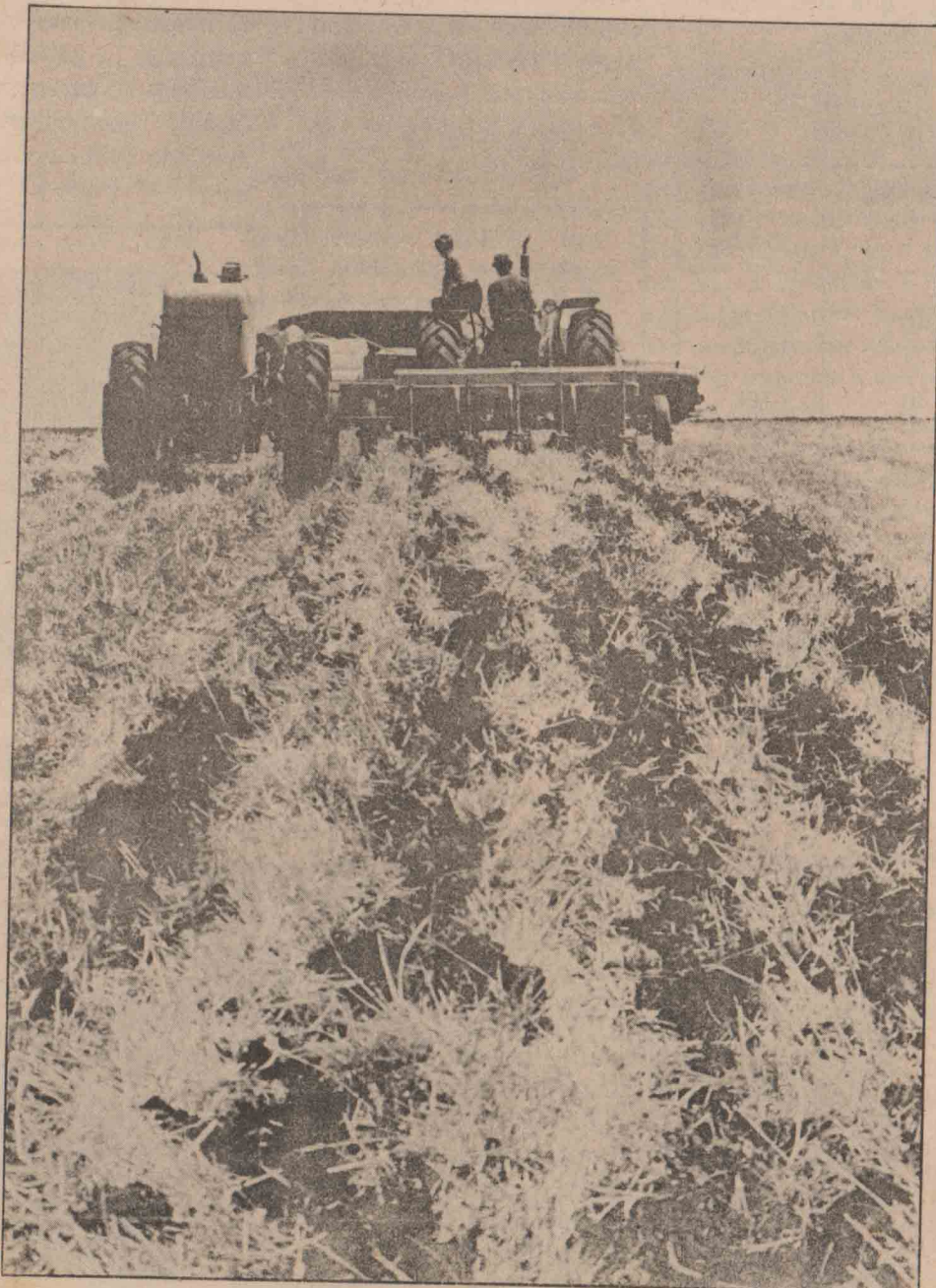
Se a propriedade encontra-se no módulo fiscal de até 25 hectares, o grau de utilização mínimo da terra será de 30 por cento. Se o módulo estiver entre 25 a 50 hectares deverão ser utilizados 25 por cento da terra; de 50 a 80 hectares o grau de utilização é 18 por cento. Acima de 80 hectares (onde está a maior parte das terras brasileiras) é exigido apenas 10 por cento de utilização da terra.

A produtividade também será levada em conta pelo Governo, que dará desconto de até 45 por cento. Os 45 pela utilização mais os 45 da produtividade, dão no final 90 por cento de desconto para os proprietários que utilizarem e produzirem bem suas terras.

"Vai ser muito difícil algum proprietário não cair dentro das condições de isenção", diz seu Graziano, porque, por exemplo, na Amazônia, é só aproveitar um décimo da área declarada aproveitável para fazer jus ao desconto de 90 por cento. No Centro-Sul, é preciso utilizar 30 por cento para aproveitar esse desconto.

E se acontecer do proprietário não pagar o ITR?

Bem, aí o INCRA terá de começar uma cobrança judicial, muito demorada. E seu Graziano explica que nesse tempo a propriedade vai se valorizar tanto que depois de pagar a dívida ainda vai sobrar dinheiro para o proprietário comprar mais terras.



Pouco imposto para quem usa bem a terra



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

Conversando com papai e mamãe

Quando eu era pequena, a irmã catequista pedia que colocássemos sobre um móvel, durante o mês de dezembro, a figura do menino Jesus (feito de barro) dentro de uma manjedoura (uma caixinha). Nessa manjedoura não havia palhas para aquecer e afogar a cama do Menino Jesus. As palhas seriam colocadas, mas não todas de uma só vez. Cada boa ação, cada bondade que fizessemos, significava mais uma palha a ser colocada no berço de Jesus. Até o Natal, a manjedoura estaria fofa de bondades para alegrar o coração e aquecer o berço do Menino de Deus, que era pobre. Quanta bondade que teria que ser feita!

Hoje, meus olhos de menina são olhos de mãe espichando o olho para as confusões desse mundo. De olho espichado para os muitos meninos de Deus que estão por aí, abandonados. Descubro: o apelo que a irmã catequista fizera se repete nas rádios, jornais e televisão. Não se trata de colocar palhinhas no berço do menino. Em função do Ano Internacional da Criança os adultos estão sendo convidados a comprar mais presentes às suas crianças, principalmente por ocasião do Natal. Nesse ano eles estão sendo convidados a serem mais bondosos e provavelmente vão brindar seus filhos com brinquedos que preferem. Talvez até a uma criança pobre darão um brinquedo porque na época natalina os "espíritos caridosos" se manifestam e fazem coisas incríveis.

Esse apelo aos adultos para serem mais bondosos com as crianças, esse Ano Internacional da Criança existe milenarmente.

Não é uma invenção moderna de 1979. A própria história do nascimento do Menino Jesus mostra quão pouco os adultos entendem sobre a importância da criança no mundo. Não é à criança que se deve pedir "boas ações" para encher a manjedoura de palhinhas por que ela é a bondade e a honestidade. Muitas vezes sua honestidade até põe o adulto em má situação. É o adulto que precisa fazer boas ações principalmente descobrir o amor ao próximo. O que é difícil! Principalmente com as crianças.

A cada dia que passa está mais difícil para deixar fofo o berço das crianças. O berço é a própria vida, é o espaço que se dá para a criança perguntar, ser curiosa, mexer, experimentar. A criança exige amor, condições para viver, atenção. Mas sabem? Isso não custa dinheiro.

A verdadeira caridade não é dar dinheiro ou brinquedos caros, é amor. A criança e seu espírito criador precisa de muito amor.

O verdadeiro Menino Jesus é nosso filho, como explica Fernando Pessoa em sua poesia:

"Ele mora comigo na minha casa a meio do outeiro

Ele é a Eterna Criança, o deus que faltava

Ele é o humano que é natural.

Ele é o divino que sorri e que brinca

E por isso é que eu sei com toda a certeza

Que ele é o menino Jesus verdadeiro".

Nesse Natal, dê mais amor ao verdadeiro Menino Jesus que é seu filho!

O Pinheirinho

Era uma vez um pinheirinho
 Pique, pique, pique
 Era uma vez um pinheirinho
 Pique, pique, pique
 Ele vivia na floresta
 Rodeado de grandes árvores
 Que dele zombavam sem parar
 E o achavam bem feio
 Quando às vezes ele suspirava
 Vocês têm coração de pedra!
 As grandes árvores se agitavam
 Fazendo rir seus galhos
 Quando um dia ele pediu
 Que enfim lhe explicassem
 A razão da zombaria
 Ele ouviu o seguinte:
 — Nós nos enchemos de folhas na primavera
 Tu, tu és cheio de espinhos
 Já que tu és diferente
 Tu deves ser mau!
 Mas quando veio o outono
 E as folhas amarelaram
 As árvores procuraram em vão
 Continuar soberanas
 Via-se o pinheirinho
 Tranquilo, e sem nada dizer,
 Se erguer perto do caminho
 Mais verde cada manhã.
 Sob o frio do inverno
 Consideraram-no soberbo
 E ele ficou bem contente
 Mas não mudou no entanto.
 E quando veio o mês de setembro
 Sua sombra se espalhava sobre a relva
 Não maior do que antes
 Mas nunca mais dele riram
 Se a história termina bem
 É que a respeito de árvores
 Poder-se-ia, é certo
 Aceitar seu vizinho
 Poder-se-ia também amá-lo
 Basta que se queira
 Pensar que estamos todos plantando
 Na mesma floresta.

Tradução e Adaptação do disco:
 LES NOUVELLES FABULETES, de
 Anna Sylvestre.

Tempos de Hoje

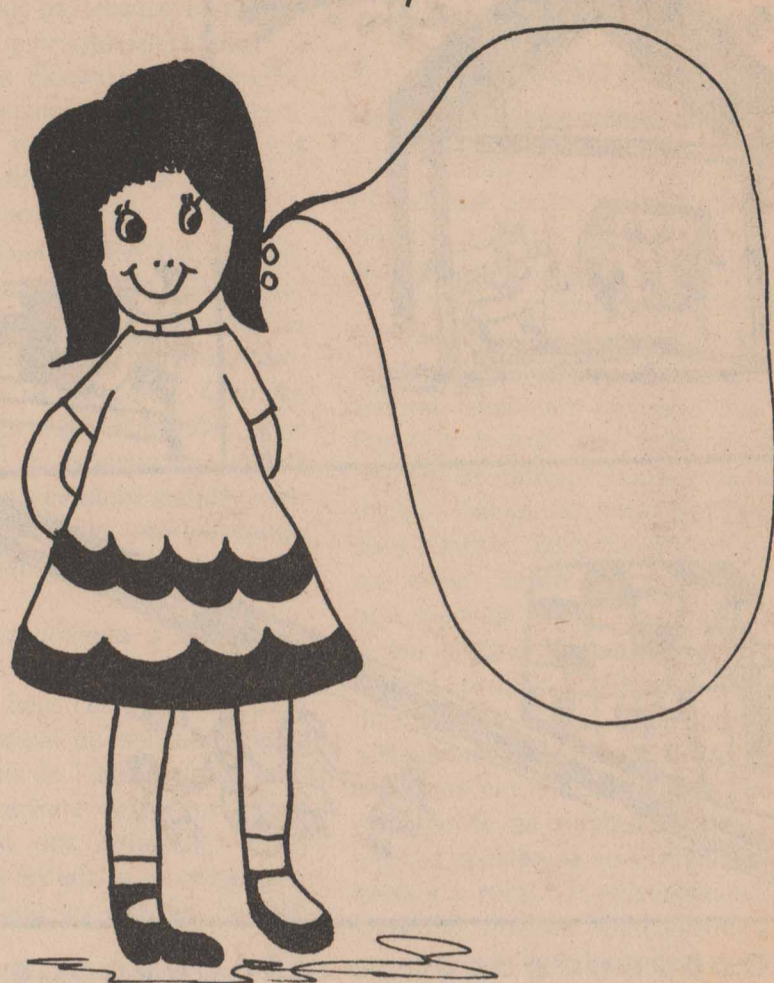
Maria, tome uma vela
pra alumiar o menino
Tá tudo tão escuro
e a palha está tão fria...
Toma uma vela, Maria
que o calor esquenta o menino
Sem uma luz, Maria
ninguém vem ver o menino

É ele é tão lindo
Tão lindo no seu sorriso...
Ninguém sabe hoje em dia
descobrir mais o caminho
Muitas coisas se puseram
entre o mundo e seu menino
Se ninguém vier
o menino fica triste, Maria
Também José não botou aviso
na televisão!



Ai' está uma poesia feita
por crianças. Estamos es-
perando que você mande
ao Cotrisol alguma cria-
ção sua...

As pessoas têm muitas idéias sobre o Natal. Escreva nos balões o que você acha que elas estão pensando.



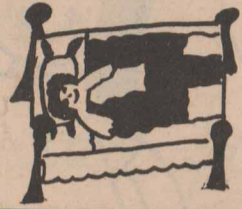
Mandem Sugestões!

Nos meses de janeiro e fevereiro vocês estarão em férias. Provavelmente ocuparão seu tempo ajudando nas tarefas de casa e da lavoura. Mesmo assim, vocês não deixarão de brincar. Gostaríamos que nos mandassem sugestões de brincadeiras ou outras coisas que vocês fazem para ocupar o tempo. Pode ser que outras crianças não conheçam as brincadeiras que vocês fazem. Eis a oportunidade de trocar idéias! E se vocês quiserem contar coisas que fizeram ou que lhes aconteceu durante esse ano, será muito interessante e poderá virar uma história.

O que as crianças pensam do Natal:



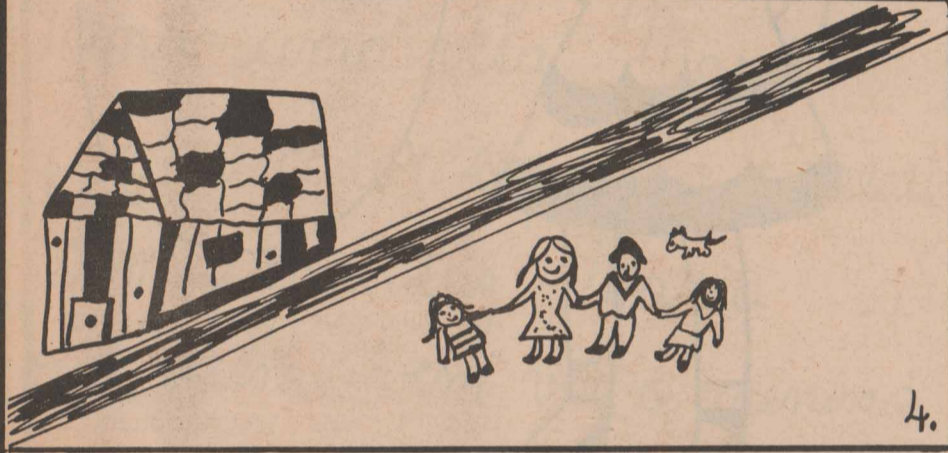
1.



2.



3.


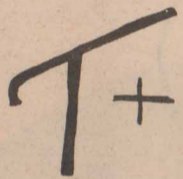
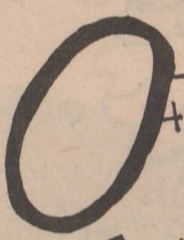
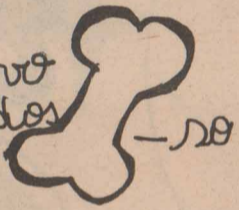



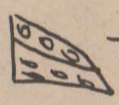

4.

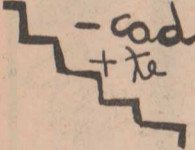



1. Natal para mim não é só por pinheiros com luzes, mas é a data do aniversário de Jesus.
2. O Natal é muito significativo na vida de todos. Quando vem chegando o Natal as crianças ficam ansiosas para ganhar seu presente.
3. Na noite de Natal as crianças ficam muito contentes porque ganham um presentinho. Não dá para comprar nada de muito valor. Os trabalhadores pais de muitos filhos não tem dinheiro suficiente para comprar um presente para cada um deles.
4. Nesse ano o Natal vai ser pobre, porque com a crise que estamos vivendo vai dar só para comprar um chocolate e nada mais. E ainda que tem algumas crianças que nem isso vão ganhar, porque muitos são de família grande e não dá para comprar um pra cada um.



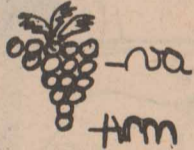
Colaboração de Ivete Batista – 12 anos
José Valdemir dos Santos – 14 anos

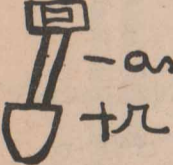
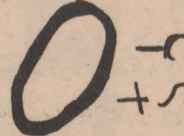
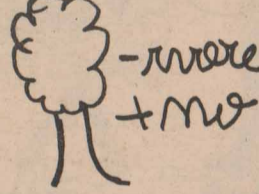
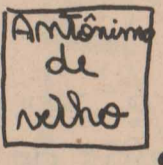
Carta Enigmática

 - mel
 +  - no + des
 - no

 - os + u + inhos
 - ijo
 - livro + lêm

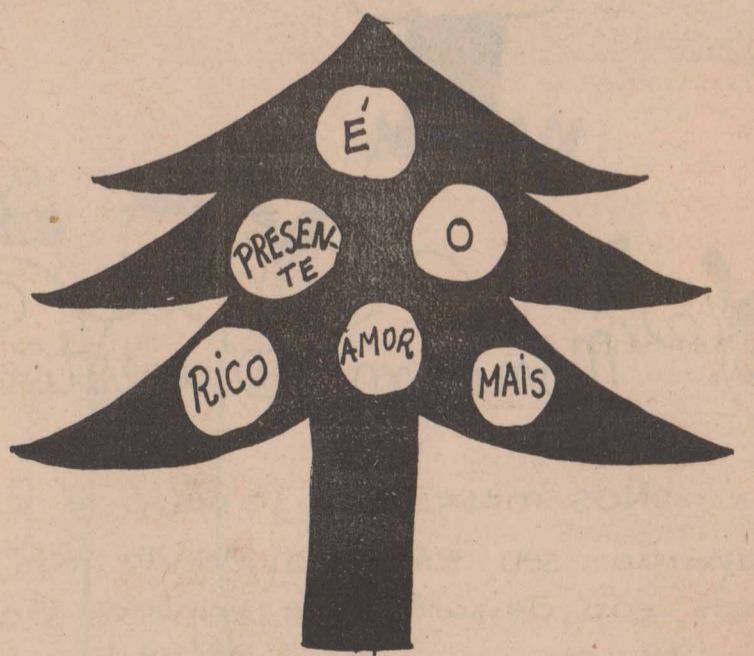
 - cada + te
 + zinhe
  - ia + lig

 - rio + tal
 - strela
 - va + m

 - as + tr
 - no + spuro
 - more + me


Decifrando esta carta enigmática você receberá uma mensagem. Qual é?

Colaboração de Tatiana Dal Molim, 13 anos.



Reorganize as bolas do pinheiro de maneira que formem uma frase muito bonita. Qual é a frase?